



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

011/2026 (90011)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS

(989221)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS PARA REFORMA DOS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), EM ANÁPOLIS - GOIÁS, O PROCESSO CONTEMPLA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS INDISPENSÁVEIS, CONFORME ESPECIFICADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E NO PROJETO BÁSICO ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.513.961,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E TREZE MIL, NOVECENTOS E SESENTA E UM REAIS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

FECHADO E ABERTO

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8. DO TERMO DE CONTRATO	17
9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	17
10. DO REAJUSTE	20
11. DOS RECURSOS	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	25
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25
13. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO	
14. ANEXO II – MINUTA CONTRATUAL	
15. ANEXO III – TERMO DE CREDENCIAMENTO	
16. ANEXO IV - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO	
17. ANEXO V - CARTA PROPOSTA	
18. ANEXO VI - GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO (FIANÇA BANCÁRIA – MODELO)	

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
(Processo Administrativo nº 01120.00001777/2026-62)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência e no projeto básico anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. Esta Licitação ocorrerá com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A1.1], para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.7.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

3.6. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e anual, total do item;

4.1.1.1. O preço deverá ser expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos no preço os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver.

4.1.1.2. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030

- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (zero vírgula um por cento).**
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Para esta licitação, o modo de disputa adotado será “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.11.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 5.11.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.11, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.11.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 5.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 5.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 5.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma

concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2. empresas brasileiras;

5.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. No julgamento das propostas considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos e ofertar o **MENOR PREÇO** para execução dos serviços, nas condições previstas neste Edital e no Termo de Referência - ANEXO I.

6.6.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do valor ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto e demais condições previstas neste Edital.

6.6.2. Caso seja necessário, o Agente de Contratação, poderá valer-se de auxílio de técnicos da área referente ao objeto desta licitação para realização do julgamento.

6.7. A **Proposta Final** deverá ser apresentada somente pela licitante vencedora, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da solicitação, podendo ser prorrogado por igual período conforme a necessidade, adequada ao último lance ofertado ou negociação realizada, acompanhada, se necessário, dos documentos complementares. Com as seguintes exigências:

6.7.1. Deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devidamente datada e assinada na última folha por diretor, sócio ou representante legal da proponente, podendo as demais serem apenas rubricadas, contendo:

6.7.1.1. Nome ou razão social, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail) e nome do funcionário da empresa para contato, número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no Ministério da Fazenda;

6.7.1.2. Nome e número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito, caso lhe seja adjudicado o objeto;

6.7.1.3. Preço final expresso em moeda corrente nacional, admitindo-se após a vírgula somente 02 (duas) casas decimais, discriminado em algarismo arábico, considerando inclusos os valores dos impostos, taxas, transporte, seguro, carga e descarga, encargos trabalhistas, sociais, sindicais, remunerações, e outras despesas, se houver;

6.7.1.3.1. Se houver custos omitidos serão considerados como inclusos na proposta, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo os serviços serem fornecidos sem ônus adicionais;

6.7.1.3.2. Os licitantes arcarão integralmente com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, independente do resultado do procedimento licitatório.

6.7.1.4. Prazo de validade não inferior a **90 (noventa) dias** consecutivos, a contar da data de sua apresentação;

6.7.1.4.1. Caso o prazo de que trata o item 6.7.1.4 não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

6.7.1.4.2. Em circunstâncias excepcionais, o órgão licitante poderá solicitar a prorrogação do prazo de validade das propostas, não sendo admitida a introdução de quaisquer modificações nas mesmas.

6.7.1.5. Todas as informações e declarações conforme modelo do ANEXO V deste Edital.

6.7.1.5.1. Caso as declarações de que trata o item 6.7.1.5, não estejam expressamente indicadas na proposta, estas serão consideradas como plenamente compreendidas e aceitas pela licitante, bem como integrantes da proposta por ela apresentada.

6.7.1.6. Planilha(s) Orçamentária(s) completa, referente aos serviços cotados onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários, os preços parciais e preço total, BDI, e o preço total dos serviços, elaborada de maneira que, não ultrapassem os preços unitários e globais máximos admitidos pela Administração, conforme valor estimado constante no ANEXO I.

6.7.1.6.1. Em nenhuma hipótese será admitida cotação opcional para os serviços constantes da(s) planilha(s) de orçamento constantes deste Edital. Caso ocorra, serão igualmente desconsideradas a cotação principal e a opcional.

6.7.1.6.2. Em nenhuma hipótese será admitida cotação parcial em referência ao quantitativo total dos serviços requeridos neste instrumento.

6.7.1.6.3. É obrigatória a cotação total dos serviços constantes da planilha orçamentária, sob pena de desclassificação, caso não o faça.

6.7.1.6.4. Em nenhuma hipótese será admitida cotações que não contenham as quantidades mínimas estabelecidas na planilha orçamentária, sob pena de desclassificação, sendo que a variação de quantidade superior ao estabelecido na planilha é de inteira responsabilidade da licitante.

6.7.1.7. Planilha(s) de composição de custos e formação de preços unitários de todos os itens e subitens que compõem a Planilha Orçamentária.

6.7.1.8. Demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe.

6.7.1.8.1. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no ANEXO III da Lei Complementar nº 123/2006;

6.7.1.8.2. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

6.7.1.9. Cronograma Físico-Financeiro detalhado dos serviços propostos, nos termos deste Edital;

6.7.1.9.1. A execução dos serviços deverá estar conforme o indicado no Cronograma Físico-Financeiro constante no Edital.

6.7.2. Os documentos constantes dos itens 6.7.1.6, 6.7.1.7, 6.7.1.8 e 6.7.1.9 deste Edital deverão ser apresentados pelo licitante, devidamente assinados, em formato digital (extensão .PDF) por meio do sistema Compras.gov.br, e na forma de planilha em arquivo editável Microsoft Excel (extensão .XLS e .XLSX), ou outros formatos equivalentes, DESPROTEGIDA, visando facilitar e agilizar a análise da proposta por parte da Administração.

6.7.3. Deverá ser elaborada de maneira que, ao final, não ultrapassem os preços unitários e globais máximos admitidos pela Administração, conforme o valor estimado constante no ANEXO I – Termo de Referência.

6.7.4. Não será aceito pelo Agente de Contratação, na fase de negociação ou na proposta final, a majoração de preço unitário de item definido na proposta, seja de itens adjudicados individualmente ou em grupos (Acórdão 8060/2020 - TCU Segunda Câmara; Acórdão 1872/2018 - TCU Plenário).

6.7.5. As especificações detalhadas dos serviços, indicando no que for aplicável: marca, modelo, número de série, prazo de validade ou garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, e demais elementos pertinentes.

6.7.5.1. Não será aceito serviço/produto divergente do estabelecido no Termo e Referência – ANEXO I do Edital, sob pena de desclassificação da proposta. Nos casos de omissões de especificações na proposta será interpretado que o objeto ofertado atende as especificações solicitadas no Edital.

6.8. Em caso de formalização de termo aditivo o desconto feito na proposta será mantido, conforme previsto no art. 34, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9. A garantia dos serviços bem como dos materiais empregados é de 05 (cinco) anos, após o recebimento dos mesmos, nos termos do artigo 618, do Código Civil Brasileiro.

6.10. Caberá ao Agente de Contratação decidir pela prorrogação do prazo a que se refere o item 6.7, nos seguintes casos:

6.10.1. Mediante justificativa devidamente fundamentada por fato superveniente manifestado pelo licitante; ou,

6.10.2. De ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para envio dos documentos exigidos no Edital.

6.11. A licitante detentora da proposta provisoriamente classificada, deverá apresentar a seguinte documentação para fins de aceitação da mesma:

6.11.1. Cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do representante legal (diretor, sócio ou superintendente) da empresa ou firma licitante, caso não haja procurador legalmente constituído, nos termos do subitem seguinte.

6.11.2. Instrumento público de procuração, emitido por Cartório competente, ou Instrumento de mandato particular, assinada pelo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, que comprovem poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome, em qualquer fase desta licitação, acompanhado de cópia da cédula de identidade ou outro documento oficial de identificação com fotografia do outorgado. Neste ato, será examinado por meio do contrato/estatuto social ou procuração, se o outorgante tem poderes para fazê-lo. O atendimento a este subitem suprime a exigência do item 6.11.1, e vice-versa.

6.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.12.1. conter vícios insanáveis;

6.12.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.12.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

- 6.12.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.12.6. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado neste Edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
- 6.12.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.12.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, e este Edital.
- 6.12.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.13. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 6.13.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.13.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários.
 - 6.14.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.14.3. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.14.4. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme indicado no Termo de Referência – ANEXO I, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

- 8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 8.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 8.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 9.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 9.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 9.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 9.9. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

9.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.13.1. A glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, somente ocorrerá quando a contratada:

9.13.1.1. Não atender o mínimo qualitativo ou quantitativo estipulado pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

9.13.1.2. Deixar de utilizar materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

9.16. Cabe ao gestor do contrato:

9.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

9.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.17. São competências do gestor do contrato (Art. 9, Decreto Municipal nº 48.980/2023):

9.17.1. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

9.17.2. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

9.17.3. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

9.17.4. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;

9.17.5. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;

9.17.6. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;

9.17.7. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;

9.17.8. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;

9.17.9. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;

9.17.10. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;

9.17.11. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;

9.17.12. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;

9.17.13. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;

9.17.14. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;

9.17.15. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

9.17.16. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

- 9.17.17. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 9.17.18. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 9.17.19. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 9.17.20. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 9.17.21. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 9.17.22. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 9.17.23. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 9.17.24. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 9.17.25. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

Preposto

- 9.18. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 9.19. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.
- 9.20. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

10. DO REAJUSTE

- 10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do orçamento estimado, nos quais foram utilizadas as SINAPI - Composição / Insumos - Não Desonerada - (03/2026), GOINFRA - Composição / Insumos - Onerada - (12/2025), GOINFRA - Composição Rodoviárias - Onerada - (12/2025) e Composições Sinapi e Goinfra Adaptadas - Não Desonerada - (03/2026).
- 10.2. Após o interregno mínimo de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação, pelo Contratante, do INCC – Índice Nacional de Custo da Construção (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 10.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 10.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e de seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VIII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de forma gradativa, as seguintes sanções:

- 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou
 - 12.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.
- 12.4. Considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à Administração.
- 12.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
- 12.5.1. a aplicação da multa será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
 - 12.5.2. a aplicação da multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 12.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.
- 12.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no edital, contrato ou outro instrumento obrigacional.
- 12.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.
- 12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- 12.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.10.2. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.10.4. não manter a proposta, salvo por fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

- 12.10.6.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 12.11. Considera-se inexecução total do contrato:
- 12.11.1.a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente assumida;
 - 12.11.2.a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 12.12. Evidenciada a inexecução total, parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:
- 12.12.1.o adjudicatário ou contratado será intimado para apresentar justificativa no prazo de 2 (dois) dias úteis;
 - 12.12.2.a justificativa será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, ou, no caso da contratada, pelo fiscal do contrato, que apresentará manifestação fundamentada;
 - 12.12.3.rejeitadas as justificativas, os autos serão submetidos à autoridade competente para decisão quanto à instauração do processo de apuração de responsabilidade;
 - 12.12.4.poderá ser concedido, previamente, prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 12.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 12.14.1.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 12.14.2.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 12.14.3.comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.14.4.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 12.14.5.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 12.15. Constatada a existência de infração penal ou ato de improbidade administrativa, a autoridade competente dará ciência ao Ministério Público e, quando couber, aos órgãos de controle interno.
- 12.16. A sanção de declaração de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção correspondente à infração mais grave, considerando-se as demais como circunstância agravante.
- 12.18. O disposto no item anterior não se aplica quando já houver julgamento ou quando, pelo estágio processual, se revelar inconveniente a apuração conjunta.
- 12.19. As disposições deste item não afastam a aplicação cumulativa da sanção de multa.
- 12.20. As multas observarão a gravidade dos fatos, conforme os seguintes critérios:
- 12.20.1.multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil de atraso, incidente sobre o valor do saldo não atendido;
 - 12.20.2.multa administrativa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

- 12.20.3. multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, incidente sobre o valor do contrato.
- 12.21. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções.
- 12.22. As multas não possuem caráter compensatório e não eximem a responsabilidade por perdas e danos.
- 12.23. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 12.24. A competência para instauração, julgamento e aplicação das sanções é da autoridade competente do órgão ou entidade licitante ou contratante.
- 12.25. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.
- 12.26. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.27. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.28. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.29. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.30. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.31. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.31.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.31.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 12.32. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.32.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.32.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.32.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.32.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 12.32.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.33. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.34. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.35. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.35.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.36. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.37. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.anapolis.go.gov.br/>.
- 14.11. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital e não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Anápolis, em uma das suas Varas da Fazenda Pública, por mais privilegiado que outro seja.



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

O Termo de Referência/ Projeto Básico, estão disponíveis no link:

https://drive.google.com/drive/folders/1wvAjtM2WK_yeUW3ZUmyignLLVjRc9LLy?usp=sharing

ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(preferencialmente em papel timbrado da Licitante)

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO DA PREFEITURA DE ANÁPOLIS

Endereço: Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030.

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX).

Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa....., com sede na C.N.P.J. n.º, através de seu representante legal Sr. (a), cargo, CREDENCIA o (a) Sr. (a), para representá-la perante a PREFEITURA DE ANÁPOLIS, na sessão pública do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX)**, outorgando-lhe plenos poderes para negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas e praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases licitatórias.

Localidade, ____ de _____ de 2026.

____ (assinatura)____
CARGO

ANEXO IV
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Data:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX).

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE ANÁPOLIS

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º ____ , sediada ____ (endereço completo)____, tendo examinado o Edital, venho apresentar a presente DOCUMENTAÇÃO para a prestação dos serviços nele referido.

- a) Está apresentando proposta para prestação dos serviços/objeto deste edital;
- b) A nacionalidade da Empresa Licitante é ____ (indicar a nacionalidade) ____;
- c) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e, também, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- d) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e nos termos do artigo 27 e art. 68, inciso VI da Lei 14.133/2021.
- e) Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte;
- f) Concorda com a retenção pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS correspondente ao percentual pertinente a prestação de serviços, frente ao disposto no Código Tributário Municipal;
- g) Que conhece e se submete literalmente ao disposto no artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021, obrigação de manter durante toda a prestação dos serviços do futuro contrato, todas as condições de habilitação e as exigências de qualificação, especialmente à regularidade fiscal e especificação dos serviços, inclusive o imposto devido, sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas as penalidades previstas na lei, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos materiais à contratante, conforme o caso.
- h) Declara que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- i) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- j) DECLARA, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que não possui, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Anápolis, aos dias de de 2026.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

**ANEXO V
CARTA PROPOSTA**

Data:

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX).
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE ANÁPOLIS**

Prezados Senhores,

_____(**nome da empresa**)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(**endereço completo**)____, tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

Estamos cotando os serviços discriminados, **conforme planilhas* constantes em nossa proposta**, cujo Valor Global é de R\$_____ (_____).

OBJETO	VALOR TOTAL

CONSIDERAR OS QUADROS DE DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES CONSTANTES – TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO.

No preço proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste edital e seus Anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece no Anexo I, quantitativos, memorial descritivo e demais orientações constantes do edital;

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de **90 (noventa) dias** consecutivos, a contar de sua apresentação;

Declaramos que utilizaremos somente materiais e mão-de-obra de boa qualidade, e ainda que a variação de quantidades (respeitado as quantidades mínimas estabelecidas na planilha) será de nossa inteira responsabilidade e que haverá a garantia dos serviços prestados.

Declaramos que o prazo para execução dos serviços é conforme consta deste edital.

Declaramos que temos conhecimento de todas as condições existentes nos locais de execução dos serviços, razão pela qual não teremos direito exigir do Contratante quaisquer reajustes nos preços ofertados, por desconhecimento destas condições.

Declaramos ainda que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Anápolis, aos dias de de 2026.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes devidamente comprovados para tal investidura.



ANEXO VI
GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO
(FIANÇA BANCÁRIA)

À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
CARTA DE FIANÇA - R\$

Pela presente, o Banco com sede..... da cidade
....., do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara
fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos nos Artigos 827 e 835, do Código
Civil Brasileiro, da Firma sediada à da cidade
..... do Estado até o limite de R\$ (.....) para
efeito **DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO** objeto do Edital **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**
Nº. XXX/2026 (90XXX).

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado a atender dentro de 24 horas as
requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela CONTRATANTE, sem
qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com
respeito a CONTRATANTE.

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a
CONTRATANTE compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação
assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar
o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja
aceita pelo beneficiário.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º ou outro registro
usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco
Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza por força de
disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial, em do ano
....., tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembléia realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de
Recebimento Definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

..... de de

Banco

TERMO DE REFERÊNCIAProcesso Administrativo: **01120.00001777/2026-62****Versão 02** ^[1]**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **Contratação de empresa especializada na execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência e no projeto básico anexos.**

1.2. Especificações do Produto

Item	Descrição	Quant	Unid	V. Unit	V. Total
01	Execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência e no projeto básico anexos	01	Unid	1.513.961,00	1.513.961,00
Valor Total Estimado da Contratação					1.513.961,00

1.3. As quantidades estimadas para os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução da obra foram cuidadosamente calculadas com base nos projetos elaborados. Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.

1.3.1. Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades serviço, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

1.4. Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da construção, caracteriza-se a obra como **OBRA COMUM DE ENGENHARIA**, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de **09 (nove) meses** contados da **publicação do Contratação**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. O prazo de vigência da execução é de **06 (seis) meses** contados da Ordem de Serviço conforme o cronograma físico-financeiro.

1.6.1.1. O prazo de vigência da contratação é superior ao prazo de execução, tendo em vista a necessidade de abranger o período necessário à mobilização inicial, à emissão da ordem de serviços, à conclusão da execução do objeto e à elaboração da documentação final, incluindo o Termo de Entrega Definitiva, relatórios finais, prestações de contas e demais documentos administrativos indispensáveis ao encerramento formal do contrato.

1.6.1.2. O prazo fixado mostra-se suficiente para a emissão da Ordem de Serviço, para a liberação da área destinada ao início da obra, bem como para a realização do recebimento provisório e definitivo do objeto, observadas as condições e os procedimentos previstos neste Termo de Referência.

1.6.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas no instrumento contratual.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Fundamentação legal:

2.1.1. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021;

2.1.2. Decreto Municipal nº 48.980/202;

2.1.3. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;

2.1.4. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010;

2.1.5. Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017;

2.1.6. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002;

2.1.7. Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005;

2.1.8. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 5ª edição, publicado em agosto de 2022;

2.1.9. Normas da ABNT relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura objeto desta contratação, atualizadas; ou as normas internacionais consagradas na falta desta, em especial a ABNT NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;

2.1.10. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

2.1.11. Decreto nº 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;

2.1.12. Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;

2.1.13. Orientações Técnica IBRAOP aplicáveis, tal como a OT – IBR 002/2009 – Obra e serviço de engenharia;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**4.1. Natureza do serviço**

4.1.1. Trata-se de execução de **"OBRA"** caracterizada como **"COMUM"** conforme Art. 6º, inciso XII e XIII, respectivamente para **execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, conforme Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025 que consiste em um repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025. Os recursos serão utilizados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesas – GND4 (Investimento), com foco na estruturação física e aquisição de equipamentos para unidades do CRAS e CREAS, voltado para o atendimento a necessidades pontuais, caracterizando contratação por escopo.**

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. São critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

4.2.1.1. O Art. 144 da Lei nº 14.133/2021, levando em conta que a contratação em questão contribuirá de forma positiva fomentando a implementação de sistemas mais eficientes que possam gerar economia energética, disposição correta de resíduos de obras, bem como economia de água. Pretende-se, também, o estímulo à implantação de sistemas autossustentáveis com projetos que contemplem a geração de parte ou a totalidade da energia elétrica consumida, o que implementa a necessidade que a contratada tenha experiência na implantação desse tipo de sistema;

4.2.1.2. A IN 02/2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam retrofit;

4.2.1.3. O Art. 170, inciso VI, e o Art. 225 da Constituição Federal;

4.2.1.4. Se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

4.2.1.5. Se está adequado as Políticas Nacionais de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009) e de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assim como Resoluções CONAMA pertinentes.

4.2.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.2.1. A contratada compromete-se a executar o objeto deste contrato em conformidade com os princípios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, promovendo o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do artigo 11 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2.2. Obrigações Específicas

4.2.2.2.1. Utilizar, sempre que aplicável, materiais, produtos e tecnologias que minimizem o impacto ambiental, incluindo, mas não se limitando a itens recicláveis, biodegradáveis ou com certificação de origem sustentável, conforme especificado no edital e seus anexos.

4.2.2.2.2. Adotar práticas que reduzam o consumo de recursos naturais, como água e energia, e que promovam a eficiência no uso desses recursos durante a execução do contrato.

4.2.2.2.3. Garantir a destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados na execução do contrato, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis.

4.2.2.2.4. Priorizar, quando cabível, a contratação de mão de obra local e a aquisição de bens e serviços produzidos no território nacional, observadas as condições de preço, qualidade e competitividade, conforme artigo 25, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2.2.5. Cumprir com as normas trabalhistas, de segurança e saúde ocupacional, garantindo condições dignas de trabalho e igualdade de oportunidades, em linha com os princípios de responsabilidade social.

4.2.2.3. Critérios de Avaliação e Fiscalização

4.2.2.3.1. A contratada deverá apresentar, quando solicitado pela contratante, relatórios ou documentos comprobatórios do cumprimento das práticas sustentáveis exigidas, incluindo certificações ambientais, planos de gestão de resíduos ou comprovantes de uso de materiais sustentáveis.

4.2.2.3.2. A contratante poderá realizar fiscalizações periódicas para verificar o atendimento às obrigações previstas nesta cláusula, sendo a contratada responsável por fornecer acesso às informações e instalações necessárias.

4.2.2.4. Penalidades

4.2.2.4.1. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade previstas nesta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas neste Termo de Referência e no contrato, incluindo advertência, multa, suspensão temporária de contratar com a Administração Pública ou declaração de inidoneidade, conforme artigos 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

4.2.2.4.2. A contratação refere-se a serviço não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, não haverá alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, sendo que a efetiva execução da atividade contratada será realizada no local da obra.

4.3. Garantia

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

4.3.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 4.3.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.3.2.2. No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade, conforme determinado no Art 96, § 3º.
- 4.3.2.2.1. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo estipulado acima, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.3.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.3.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.3.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.3.3. Caso o Contratado opte pela prestação de garantia na modalidade dinheiro, o respectivo valor deverá ser depositado em favor do Contratante, em conta específica, com atualização monetária, conforme os seguintes dados bancários:
 - a) Banco: **Banco do Brasil**
 - b) Agência: **0324-7**
 - c) Conta Corrente: **19.456-5**
 - d) Favorecido: **Município de Anápolis**
 - e) CNPJ: **01.067.479/0001-46**
- 4.3.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.3.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.3.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.3.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.3.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - 4.3.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
 - 4.3.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 4.3.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.3.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.3.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obrigase a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.3.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
 - 4.3.11.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 4.3.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.3.12. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
 - 4.3.12.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
 - 4.3.12.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.3.13. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.3.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.3.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.3.16. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.4. Vistoria

- 4.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.
- 4.4.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- 4.4.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.4.3.1. A vistoria poderá ser agendada pelo WhatsApp **(62) 3902-1280** ou pelo e-mail: semohpuma@anapolis.go.gov.br.
- 4.4.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.5. Subcontratação

- 4.5.1. A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todo a obra objeto do contrato. Ela apenas poderá subcontratar parcela da obra que, por sua especialização, requeiram o emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados, devendo ser previamente autorizada pela Fiscalização.
- 4.5.2. É vedada a subcontratação das parcelas principais do objeto licitado. Consideram-se como parcelas principais os conjuntos de itens para os quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem a execução de serviço com características semelhantes.
- 4.5.3. O total da possível subcontratação não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.
- 4.5.4. Se autorizada a realizar a subcontratação de parte da obra, a CONTRATADA realizará a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responderá perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.5.5. A CONTRATADA deve apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou serviço subcontratado.
- 4.5.6. A parcela da obra subcontratada, caso não satisfaça as especificações, serão impugnados pela FISCALIZAÇÃO, cabendo à CONTRATADA todo o ônus decorrente de sua reexecução direta ou por empresa devidamente qualificada, capacitada e de reconhecida idoneidade.
- 4.5.7. A subcontratação não exclui a responsabilidade da CONTRATADA perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.
- 4.5.8. Somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas.
- 4.5.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.5.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.6. Garantia, manutenção e assistência técnica

- 4.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) combinado com o Art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)

4.7. Da Participação de microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.7.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Quando da futura contratação será realizado um levantamento dos custos necessários a execução do serviço a ser contratado com base nas tabelas citadas, será aplicado o percentual de desconto obtido na licitação e acrescido o valor do BDI para se chegar ao valor final dos serviços.
- 5.2. A Contratada deverá apresentar a documentação abaixo:
- 5.2.1. Carta com a indicação expressa dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços, acompanhado do documento que comprove o vínculo destes com a Contratada.
- 5.2.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) devidamente quitada dos profissionais citados no subitem anterior.
- 5.2.3. Termo de Compromisso assinado pelo responsável da Contratada atestando que o empreendimento irá atender a resolução CONAMA 307/02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil.
- 5.3. Caso haja a necessidade de instalação de área de vivência e canteiro de obras, estes devem ser executados em conformidade com o item 18.5 da NR 18 - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO, elaborado por profissional legalmente habilitado.
- 5.4. Início da execução do objeto: A execução do serviço deverá iniciar em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de serviço. Os serviços que farão parte da contratação estão discriminados na Planilha Estimativa de Custos.
- 5.5. O critério de julgamento da licitação será o **MENOR PREÇO GLOBAL**.
- 5.6. Para os serviços sem mão de obra exclusiva, a contratada é responsável pelo dimensionamento dos profissionais necessários para o cumprimento das respectivas demandas, observadas as legislações e normas distritais e federais que regulam o assunto.
- 5.7. Caberá à Contratada atender às condições básicas para a prestação dos serviços, assegurando sua execução por profissionais qualificados e com experiência suficiente, em todas as atividades do objeto contratual, em conformidade com os requisitos de segurança, meio ambiente, saúde, regulamentações, legislações, normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho e normas técnicas vigentes.
- 5.8. Os prestadores de serviço da contratada devem se apresentar no local de execução dos serviços uniformizados e portando os EPIs exigidos para a atividade a ser desenvolvida.
- 5.9. Para execução dos serviços, deverão ser observadas as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras (NRs) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

- 5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e de boa qualidade.
- 5.11. Procedimentos de transição e finalização do contrato.
- 5.12. Os procedimentos finalização da Obra constituem-se das seguintes etapas;
 - 5.12.1. Entrega dos serviços executados com toda a documentação respectiva e comprovante do adimplemento das obrigações trabalhistas e tributárias dos prestadores de serviço;
 - 5.12.2. Relatório final do fiscal do contrato;
 - 5.12.3. Emissão de termo de recebimento da Obra.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 6.13.1. A glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, somente ocorrerá quando a contratada:
 - 6.13.1.1. Não atender o mínimo qualitativo ou quantitativo estipulado pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR);
 - 6.13.1.2. Deixar de utilizar materiais ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
 - 6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
 - 6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
 - 6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
 - 6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
 - 6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

(Art. 9, Decreto Municipal nº 48.980/2023)

6.17. São competências do gestor do contrato:

- 6.17.1. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 6.17.2. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 6.17.3. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 6.17.4. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 6.17.5. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 6.17.6. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 6.17.7. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 6.17.8. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 6.17.9. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 6.17.10. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 6.17.11. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;
- 6.17.12. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 6.17.13. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 6.17.14. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 6.17.15. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 6.17.16. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 6.17.17. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 6.17.18. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 6.17.19. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 6.17.20. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 6.17.21. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 6.17.22. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 6.17.23. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 6.17.24. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 6.17.25. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

Preposto

- 6.18. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.19. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.
- 6.20. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e de seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VIII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 7.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de forma gradativa, as seguintes sanções:
 - 7.2.1. Advertência;
 - 7.2.2. Multa;
 - 7.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
 - 7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
 - 7.3.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou
 - 7.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.
- 7.4. Considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à Administração.
- 7.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
 - 7.5.1. a aplicação da multa será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;

- 7.5.2. a aplicação da multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.
- 7.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no edital, contrato ou outro instrumento obrigacional.
- 7.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.
- 7.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- 7.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 7.10.2. der causa à inexecução total do contrato;
 - 7.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 7.10.4. não mantiver a proposta, salvo por fato superveniente devidamente justificado;
 - 7.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 7.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 7.11. Considera-se inexecução total do contrato:
- 7.11.1. a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente assumida;
 - 7.11.2. a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 7.12. Evidenciada a inexecução total, parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:
- 7.12.1. o adjudicatário ou contratado será intimado para apresentar justificativa no prazo de 2 (dois) dias úteis;
 - 7.12.2. a justificativa será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, ou, no caso da contratada, pelo fiscal do contrato, que apresentará manifestação fundamentada;
 - 7.12.3. rejeitadas as justificativas, os autos serão submetidos à autoridade competente para decisão quanto à instauração do processo de apuração de responsabilidade;
 - 7.12.4. poderá ser concedido, previamente, prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para adequação da execução contratual ou entrega do objeto.
- 7.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 7.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 7.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 7.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.14.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 7.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 7.15. Constatada a existência de infração penal ou ato de improbidade administrativa, a autoridade competente dará ciência ao Ministério Público e, quando couber, aos órgãos de controle interno.
- 7.16. A sanção de declaração de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 7.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção correspondente à infração mais grave, considerando-se as demais como circunstância agravante.
- 7.18. O disposto no item anterior não se aplica quando já houver julgamento ou quando, pelo estágio processual, se revelar inconveniente a apuração conjunta.
- 7.19. As disposições deste item não afastam a aplicação cumulativa da sanção de multa.
- 7.20. As multas observarão a gravidade dos fatos, conforme os seguintes critérios:
- 7.20.1. multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil de atraso, incidente sobre o valor do saldo não atendido;
 - 7.20.2. multa administrativa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
 - 7.20.3. multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, incidente sobre o valor do contrato.
- 7.21. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções.
- 7.22. As multas não possuem caráter compensatório e não eximem a responsabilidade por perdas e danos.
- 7.23. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 7.24. A competência para instauração, julgamento e aplicação das sanções é da autoridade competente do órgão ou entidade licitante ou contratante.
- 7.25. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.
- 7.26. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.27. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.28. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.29. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.30. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.31. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 7.31.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.31.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.32. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.32.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.32.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.32.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.32.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.32.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.33. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.34. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.35. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.35.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.36. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.37. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Periodicidade das Medições

- 8.1. A medição dos serviços executados será realizada **mensalmente**, por meio de **boletim de medição elaborado pela Contratada**, com a discriminação dos quantitativos executados no período e respectiva memória de cálculo, e **aferido pelo Fiscal Técnico da Contratante**, à luz dos projetos, das especificações técnicas, do cronograma físico-financeiro e das demais condições estabelecidas nos documentos da contratação, para fins de recebimento, liquidação e pagamento.

Recebimento

- 8.2. **Os bens serão recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, **pelo(a) Fiscal do Contrato** responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.4. O **recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação **pelo(a) Gestor(a) do contrato**, e será realizado por meio das seguintes atividades:
- 8.5. análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 8.6. emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo do objeto, com base nos relatórios e documentação apresentados; e
- 8.7. comunicação à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização, considerando ainda, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável.
- 8.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.10. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.12. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, conforme artigo 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

- 8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.14.1. o prazo de validade;
 - 8.14.2. a data da emissão;
 - 8.14.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.14.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.14.5. o valor a pagar; e
 - 8.14.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.17. A Administração deverá realizar consulta para:
- 8.17.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - 8.17.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.18. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 8.22. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 8.23. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos serão atualizados monetariamente desde a data em que o pagamento deveria ter sido realizado até a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do IPCA/IBGE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Forma de Pagamento

- 8.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.27. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura do orçamento estimado, nos quais foram utilizadas as **SINAPI - Composição / Insumos - Não Desonerada - (03/2026), GOINFRA - Composição / Insumos - Onerada - (12/2025), GOINFRA - Composição Rodoviárias - Onerada - (12/2025) e Composições Sinapi e Goinfra Adaptadas - Não Desonerada - (03/2026)**.
- 8.30. Após o interregno mínimo de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação, pelo Contratante, do **INCC – Índice Nacional de Custo da Construção (FGV)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 8.37. Não será permitido a cessão de créditos da presente contratação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR E REGIME DE CONTRATAÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, o modo de disputa será o **FECHADO E ABERTO**, para Execução de **OBRA COMUM**. Esta modalidade é a adequada, tendo em vista que o valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.513.961,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e novecentos e sessenta e um**

reais). A Concorrência assegura a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com o **Artigo 6º, Inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021**, que define esta modalidade para a **contratação de obras e serviços de engenharia.**

Regime da execução

9.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme justificado no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

Da não adoção do parcelamento da solução

9.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será o **MENOR PREÇO GLOBAL** estimado para a contratação, conforme justificado no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

Do Licitante Melhor Classificado

9.4. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

9.5. Demais critérios e exigências de seleção de fornecedor estão descritos no Edital.

Exigência de Habilitação

9.6. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título qualificação técnica, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021:

9.6.1. Habilitação jurídica:

9.6.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.6.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.6.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6.1.6.1. Esta licitação **não permitirá a formação de consórcios**, uma medida considerada excepcional e que, conforme o Art. 15, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a atuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência

9.6.1.6.2. A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a **execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás**, não exige qualificações distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.;

9.6.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

9.6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

9.6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.6.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9.6.3. Habilitação econômico-financeira:

9.6.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.6.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

9.6.3.2.1. O Balanço Patrimonial deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

9.6.3.2.1.1. Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

9.6.3.2.1.2. Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

9.6.3.2.1.3. Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

- 9.6.3.2.2. O licitante deverá apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.
- 9.6.3.2.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total esmado da contratação.
- 9.6.3.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.6.3.2.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

9.6.4. Habilitação técnica:

- 9.6.4.1. Registro ou inscrição do profissional técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes a atividade relacionada com o objeto, para fins de contratação.
- 9.6.4.2. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outro órgão competente em conformidade com as normas legais;
- 9.6.4.3. Atestado de capacidade técnico-profissional, apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica de profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não seja a própria licitante, serviços relativos a:

Qualificação Técnico- Profissional
REVESTIMENTO DE PAREDE COM LAMBRI RIPADO - PERFIL DE ALUMÍNIO COR MADEIRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
RASPAGEM E APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA DUAS DEMÃOS
ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO DO TIPO MR-250 / ASTM A36 COM FUNDO ANTICORROSIVO

- 9.6.4.4. Atestado de capacidade técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, registrado no conselho competente, conforme determina o Art 67. Inciso II, a saber:

ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	QTDE EXIGIDA 50%
REVESTIMENTO DE PAREDE COM LAMBRI RIPADO - PERFIL DE ALUMÍNIO COR MADEIRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m²	182,42	91,21
RASPAGEM E APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA DUAS DEMÃOS	m²	796,56	398,28
ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO DO TIPO MR-250 / ASTM A36 COM FUNDO ANTICORROSIVO	Kg	2.600,25	1.300,12

- 9.6.4.5. Apresentar comprovação de vínculo contratual com o(s) profissional (is) referido(s) no subitem anterior, se este(s) já pertencer (em) aos quadros da empresa, sendo que neste último caso, a empresa deverá comprovar o vínculo contratual com o(s) profissional(is) na data de assinatura do contrato.
- 9.6.4.5.1. A comprovação de que integra o quadro da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 9.6.4.5.1.1. Proprietário, sócio administrador ou dirigente da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou ainda, no caso de empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 9.6.4.5.1.2. Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;
- 9.6.4.5.1.3. Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no CREA ou CAU;
- 9.6.4.5.1.4. Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- 9.6.4.5.1.5. Declaração de contratação futura do profissional detentor do(s) atestados(s) apresentado(s), acompanhada da anuência deste.
- 9.6.4.5.2. O profissional constante das Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, detentor do acervo técnico perante o conselho de fiscalização profissional competente, será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços

objeto da licitação, admitindo-se eventual substituição futura por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.6.4.5.3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão de registro no CREA ou CAU devidamente atualizada.

9.6.4.6. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, no que concerne às instalações e ao aparelhamento adequados e disponíveis para a execução do contrato, a licitante deverá apresentar:

9.6.4.6.1. Comprovação de disponibilidade de equipe técnica mínima, contendo::

9.6.4.6.1.1. 01 Engenheiro

9.6.4.6.1.2. 06 Encarregados

9.6.4.6.1.3. 12 Pintores

9.6.4.6.1.4. 12 Pedreiros

9.6.4.6.1.5. 40 Serventes

9.6.4.6.1.6. 10 Eletricistas

9.6.4.6.2. Relação do aparelhamento e equipamentos técnicos disponíveis e necessários, contendo, no mínimo:

9.6.4.6.2.1. Betoneira

9.6.4.6.2.2. Andaime

9.6.4.6.2.3. Escada extensível

9.6.4.6.2.4. Furadeira/parafusadeira

9.6.4.6.2.5. Serra circular

9.6.4.6.2.6. Serra mármore

9.6.4.6.2.7. Esmerilhadeira

9.6.4.6.2.8. Lixadeira

9.6.4.6.2.9. Compressor de pintura

9.6.4.6.2.10. Lavadora de alta pressão

9.6.4.6.2.11. Carrinho de mão

9.6.4.6.2.12. Compactador de solo

9.6.4.6.2.13. Martelete rompedor

9.6.4.6.2.14. Extensões elétricas

9.6.4.6.3. A comprovação da disponibilidade dos profissionais e do aparelhamento referidos nos incisos 9.6.4.6.1 e 9.6.4.6.1 deste item dar-se-á mediante declaração formal de disponibilidade e propriedade, cópia de contrato de locação em vigor ou compromisso firme de locação futura, restando dispensada a exigência de vistoria prévia obrigatória, salvo nas hipóteses em que a complexidade do objeto a exija de forma motivada no processo administrativo.

9.6.4.6.4. A comprovação do vínculo do pessoal técnico de que trata o inciso 9.6.4.6.1 deste item far-se-á por meio da apresentação de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ato societário da empresa licitante ou, ainda, declaração formal de contratação futura do profissional para o período de execução do contrato, desde que acompanhada do consentimento expresso deste.

9.6.4.7. Atestado de visita técnica assinado por servidor do Prefeitura de Anápolis ou Declaração de Pleno Conhecimento das condições e peculiaridades da obra, assinada por seu responsável técnico ou Declaração, emitida pela licitante, de que vistoriou o local da obra e/ou que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.6.5. Outras Comprovações:

9.6.5.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art. 63, Inciso I);

9.6.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, Inciso IV);

9.6.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, Inciso IV, § 1º);

9.6.5.4. Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Art. 63, Inciso IV, § 3º);

9.6.5.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (Art. 67, Inciso VI);

9.6.5.6. Declaração que cumpri o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Art. 68, Inciso VI);

9.6.6. Justificativa das Exigências de Qualificação Econômico-financeira:

9.6.6.1. No que se refere à qualificação econômico-financeira, sua exigência encontra amparo no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, constituindo medida necessária para assegurar que a futura contratada detenha capacidade financeira suficiente para suportar os encargos decorrentes da execução contratual. Tal providência visa mitigar riscos à Administração Pública, especialmente quanto à eventual paralisação da obra por insuficiência financeira da empresa contratada, situação que pode comprometer a continuidade da execução e causar prejuízos ao interesse público.

9.6.6.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis e índices de liquidez e solvência objetiva aferir, de forma objetiva, a saúde financeira da licitante. Tais requisitos não possuem caráter restritivo, mas representam mecanismo legítimo de cautela administrativa e de gestão de riscos, destinado a verificar se a empresa possui condições de arcar com despesas inerentes à execução da obra, tais como mão de obra, fornecedores, insumos e demais encargos, até o regular pagamento das medições.

9.6.7. Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica:

9.6.7.1. As justificativas relativas às exigências de qualificação técnica, no que se refere à qualificação técnico-operacional e à qualificação técnico-profissional, encontram-se devidamente consignadas no Parecer Técnico de Relevância, documento que integra os autos do procedimento e permanece disponível para consulta por todos os licitantes por meio do link informado no subitem 18.1 deste Termo de Referência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Inscrever o serviço de engenharia no CNO no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início das atividades de construção/obra, se aplicável ao objeto;
- 10.2. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 10.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 10.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 10.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 10.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 10.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 10.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 10.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 10.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 10.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 10.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 10.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 10.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 10.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 10.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 10.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 10.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 10.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 10.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 10.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 10.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 10.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 10.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 10.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- 10.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 10.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 10.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 10.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 10.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 10.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 10.36. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 10.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 10.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 10.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 10.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 10.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 10.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 10.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 10.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 10.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 10.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 10.47. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 10.48. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
 - 10.48.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 10.48.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 10.48.3. florestas plantadas; e
 - 10.48.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 10.49. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - 10.49.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 10.49.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - 10.49.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
 - 10.49.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 10.50. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
 - 10.50.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
 - 10.50.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
 - 10.50.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
 - 10.50.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
 - 10.50.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
 - 10.50.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

- 10.50.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 10.50.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 10.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 10.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 10.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- 10.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 10.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 10.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 10.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas.
- 10.56. Providenciar e apresentar, em momento oportuno, a juntada do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, nos termos dos arts. 45 e 46 da Lei nº 12.378/2010, e/ou da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496/1977, e/ou do Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, nos termos dos arts. 16 e 19 da Lei nº 13.639/2018, conforme a natureza dos serviços executados, para fins de identificação do responsável técnico pela execução contratual, em observância à Súmula TCU nº 260.
- 10.57. A CONTRATADA responde integralmente pela qualidade das obras, dos materiais empregados e dos serviços executados, cabendo-lhe promover, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, as correções, readaptações, reparos, substituições ou refazimentos que se fizerem necessários sempre que forem constatadas falhas, vícios, defeitos, impropriedades ou desconformidades que possam comprometer a adequada execução e a plena consecução do objeto contratado;
- 10.58. A CONTRATADA deverá assegurar livre acesso, a qualquer tempo, aos servidores ou representantes da contratante, da concedente, da mandatária da União, bem como aos órgãos de controle interno e externo, franqueando consulta a documentos, registros contábeis, dados, informações, canteiro de obras e demais elementos relacionados à execução do contrato, sempre que solicitado para fins de acompanhamento, fiscalização, monitoramento, prestação de contas e auditoria;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Fornecer a CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato;
- 11.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 11.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 11.4. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 11.5. Indicar e garantir a participação de representante da empresa nas reuniões com a CONTRATADA;
- 11.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do produto contratado, através do engenheiro da Prefeitura de Anápolis, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado;
- 11.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- 11.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de todas as advertências, penalidades, multas e sustentação de pagamentos, todas as vezes que forem comprovadas pela área responsável, quaisquer inobservâncias às condições da presente Contratação, bem como em caso de eventual suspensão ou rescisão contratual;
- 11.9. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas;
- 11.10. Comunicar à CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional indesejado;
- 11.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.12. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 11.13. Cientificar o Controle Interno para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas

- dependências, ou em local por ela designado;
- 11.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.16.1. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 11.16.2. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 11.16.2.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 11.16.2.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 11.16.2.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 11.16.2.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 11.16.2.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 11.16.2.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 11.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município de Anápolis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO
- 11.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 11.18.1. **A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.**
- 11.18.2. **Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;**
- 11.18.3. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 11.18.4. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.18.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.18.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.18.7. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 11.18.8. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 11.18.9. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 11.18.9.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução, de todos os projetos;
- 11.18.9.2. Termo de Recebimento Provisório;
- 11.18.9.3. Termo de Recebimento Definitivo.
- 11.18.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas
- 11.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 12.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 12.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 12.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

- 13.1. Para definir critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações de obras e serviços de engenharia, consultando o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** da Advocacia-Geral da União (AGU), é essencial alinhar as licitações com as normas e diretrizes que promovam a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Abaixo estão os critérios e práticas específicos para cada item mencionado, pois ao seguir essas diretrizes, as contratações públicas de obras e serviços de engenharia estarão alinhadas com os princípios de sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o cumprimento das normas legais.
- 13.2. **Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas**
- 13.2.1. **Critérios:**
- 13.2.1.1. Priorizar a **reutilização e reciclagem** dos resíduos gerados, reduzindo o envio para aterros sanitários.
- 13.2.1.2. Estabelecer metas para a redução da geração de resíduos e para a destinação ambientalmente adequada.
- 13.2.2. **Práticas:**
- 13.2.2.1. Incluir cláusulas contratuais que obriguem o contratado a comprovar a destinação correta dos resíduos.
- 13.2.2.2. Promover a logística reversa para materiais como entulho, metais, plásticos e outros.
- 13.2.2.3. Fiscalizar o cumprimento das normas ambientais durante a execução da obra.
- 13.3. **Mitigação por condicionantes e compensação ambiental**
- 13.3.1. **Critérios:**
- 13.3.1.1. Definir medidas de compensação ambiental, como recuperação de áreas degradadas ou plantio de árvores, conforme a Lei nº 9.985/2000 (SNUC), quando for o caso.

- 13.3.2. **Práticas:**
- 13.3.2.1. Estabelecer indicadores de monitoramento e avaliação das medidas adotadas.
 - 13.3.2.2. Garantir a participação de órgãos ambientais no processo de fiscalização.
- 13.4. **Utilização de produtos, equipamentos e serviços que favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais**
- 13.4.1. **Critérios:**
- 13.4.1.1. Priorizar a aquisição de materiais e equipamentos com **selos de eficiência energética** (Procel, Inmetro) e certificações ambientais (como o FSC para madeira).
 - 13.4.1.2. Incentivar o uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, como energia solar, iluminação LED e sistemas de reuso de água.
- 13.4.2. **Práticas:**
- 13.4.2.1. Incluir no edital a preferência por produtos e serviços sustentáveis, com base em critérios como ciclo de vida, durabilidade e eficiência.
 - 13.4.2.2. Estabelecer metas de redução de consumo de energia e água durante a execução da obra.
 - 13.4.2.3. Promover a capacitação dos fornecedores e contratados em práticas sustentáveis.
- 13.5. **Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida**
- 13.5.1. **Critérios:**
- 13.5.1.1. Garantir que o projeto e a execução da obra atendam às normas de acessibilidade da **ABNT NBR 9050** e da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).
 - 13.5.1.2. Priorizar a eliminação de barreiras arquitetônicas e a inclusão de recursos como rampas, elevadores e pisos táteis.
- 13.5.2. **Práticas:**
- 13.5.2.1. Incluir no edital a obrigatoriedade de projetos acessíveis e a fiscalização de sua implementação.
 - 13.5.2.2. Promover a capacitação dos profissionais envolvidos na obra sobre normas de acessibilidade.
 - 13.5.2.3. Realizar vistorias para garantir o cumprimento das normas durante e após a execução da obra.
- 13.6. **Implementação Geral**
- 13.6.1. **Integração dos critérios no edital:**
- 13.6.1.1. Incluir todos os critérios de sustentabilidade no edital de licitação, com especificações claras e mensuráveis.
 - 13.6.1.2. Estabelecer penalidades para o descumprimento das normas e práticas sustentáveis.
- 13.6.2. **Monitoramento e avaliação:**
- 13.6.2.1. Criar um sistema de monitoramento contínuo para verificar o cumprimento dos critérios.
 - 13.6.2.2. Promover auditorias e relatórios periódicos sobre o desempenho ambiental e social da obra.
- 13.7. **Capacitação e engajamento**
- 13.7.1. Capacitar os gestores públicos, fornecedores e contratados sobre as práticas de contratações sustentáveis.
 - 13.7.2. Envolver a comunidade e stakeholders no processo de planejamento e execução das obras.
- 13.8. **Referências Legais**
- 13.8.1. **Art. 45 da Lei nº 14.133/2021:** Estabelece os critérios de julgamento e as condições de execução do contrato, com ênfase na promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
 - 13.8.2. **Art. 7º, inciso XI da Lei nº 12.305/2010:** Determina a inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas, com foco na gestão de resíduos sólidos.
 - 13.8.3. **Art. 9º, incisos II e XII da IN SEGES nº 58/2022:** Define práticas sustentáveis a serem adotadas nas contratações públicas, como a preferência por produtos e serviços que reduzam o impacto ambiental.
 - 13.8.4. **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos):** Incluir requisitos que promovam a logística reversa, a reciclagem e a destinação adequada de resíduos, conforme o art. 7º, inciso XI.
 - 13.8.5. **IN SEGES nº 58/2022:** Observar os critérios de sustentabilidade previstos no art. 9º, incisos II e XII, que tratam da adoção de práticas sustentáveis nas contratações públicas, como a preferência por produtos reciclados, reutilizados ou biodegradáveis.
- 13.9. **Conclusão**
- 13.9.1. **Integração dos Critérios:** Garantir que todos os critérios e práticas estejam integrados de forma coerente no instrumento convocatório, atendendo aos requisitos legais e promovendo a sustentabilidade.
 - 13.9.2. **Documentação e Registro:** Documentar todas as decisões e justificativas nos autos do processo, garantindo a transparência e a conformidade com as normas aplicáveis.
 - 13.9.3. Seguindo essas diretrizes, o instrumento convocatório estará alinhado com as exigências legais e com as melhores práticas de sustentabilidade, preservando o caráter competitivo do certame e promovendo a eficiência e a responsabilidade ambiental nas contratações públicas.

14. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DA EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

14.1. A Lei 14.133/2025 no art. 6º, incisos XXVIII e XXIX, trazem as seguintes definições:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

- 14.2. A adoção do regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** para a **execução das obras de reforma das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município de Anápolis/GO** encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que, em seu art. 6º, inciso XXVIII, define essa forma de contratação como aquela em que a execução da obra ou do serviço ocorre por preço certo de unidades determinadas. A escolha desse regime mostra-se compatível com a natureza da contratação, por se tratar de intervenção em edificação existente, com necessidade de mensuração individualizada dos serviços, controle físico-financeiro mais preciso e adequada aderência às quantidades efetivamente executadas.
- 14.3. A opção pela empreitada por preço unitário também se justifica pela necessidade de maior controle da execução contratual, uma vez que os pagamentos são vinculados às medições dos serviços efetivamente realizados. Tal característica favorece a fiscalização pela Administração e pelos órgãos de controle, conferindo maior transparência à formação dos

custos e à aferição da compatibilidade entre o objeto executado e os valores contratados, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, publicidade e vantajosidade.

14.4. Ademais, o regime adotado oferece maior flexibilidade operacional para a condução da obra, especialmente em razão das características típicas de reformas em unidades públicas já existentes, nas quais podem ser identificadas, durante a execução, variações de quantitativos, adequações técnicas e ajustes pontuais decorrentes das condições reais da edificação. Essa sistemática permite resposta mais adequada a eventuais necessidades de readequação de serviços, sem comprometer a continuidade da execução ou a integridade técnica da solução adotada.

14.5. Portanto, a adoção da empreitada por preço unitário revela-se a alternativa mais adequada para a execução das obras de reforma das unidades do CRAS e do CREAS, por conciliar precisão orçamentária, controle da execução física e financeira, transparência na aferição dos serviços e flexibilidade compatível com a natureza da intervenção. A medida contribui para a correta aplicação dos recursos públicos, em conformidade com o Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025, e com as diretrizes técnicas constantes do Termo de Referência e do Projeto Básico, assegurando a recomposição da infraestrutura necessária à prestação dos serviços socioassistenciais.

15. JUSTIFICATIVA DA NÃO UTILIZAÇÃO DE MODELAGEM DA INFORMAÇÃO DA CONSTRUÇÃO (BUILDING INFORMATION MODELLING - BIM)

15.1. O Município de Anápolis, comprometido com a transparência e em conformidade com a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), vem esclarecer os motivos pelos quais os projetos em questão não foram desenvolvidos na metodologia **BIM (Building Information Modelling)**, conforme previsto no Art. 19, Inciso V, § 3º.

15.2. Em primeiro lugar, é importante contextualizar que esses projetos foram elaborados ainda sob a metodologia tradicional, antes mesmo da obrigatoriedade do BIM. A transição para essa nova abordagem exige muito mais do que a simples adoção de um software: demanda capacitação técnica, investimento em ferramentas adequadas e uma reestruturação gradual dos processos internos.

15.3. Reconhecemos plenamente os benefícios do BIM para a modernização e eficiência na gestão de obras públicas. No entanto, essa mudança não acontece da noite para o dia. Estamos trabalhando em um plano estruturado para implementar o BIM de forma responsável, incluindo a aquisição de tecnologias, treinamento de servidores e adaptação da nossa infraestrutura. Essa é uma prioridade para a administração, mas que requer tempo e planejamento para ser executada com qualidade.

15.4. Reiteramos nosso compromisso com a inovação e a melhoria contínua dos processos. A adoção do BIM é um caminho sem volta, e Anápolis está se preparando para essa evolução, sempre com responsabilidade fiscal e transparência perante a população.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Se, porventura, for permitido à CONTRATADA corrigir falhas na realização da obra, depois de vencido o prazo estabelecido ou de possíveis prorrogações concedidas, essa tolerância não implicará em novação Contratual, nem significará que a CONTRATANTE tenha de renunciar aos seus direitos, inclusive a cobrança de penalidades e prejuízos que a CONTRATADA houver incorrido;

16.2. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados. A falsidade de qualquer um desses ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

16.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

16.4. Todos os avisos e comunicações, quando da contratação, incluindo os entendimentos entre qualquer representante da CONTRATANTE e o responsável da CONTRATADA pela execução da obra, deverão ser feitos por escrito;

16.5. A CONTRATADA responderá, ainda, civil e criminalmente por danos causados a terceiros consoantes determinam os artigos 186 e 187 do novo Código Civil Brasileiro;

16.6. As normas que disciplinam essa contratação serão sempre interpretadas para que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação, observando-se em qualquer caso os preceitos constitucionais e legais aplicáveis a espécie;

16.7. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução da obra de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. O valor total da contratação é estimado em **R\$ 1.513.961,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e novecentos e sessenta e um reais)**, conforme Planilha Orçamentária elaborada pelo setor técnico competente da **Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente**.

17.1.1. O valor de **R\$ 294.542,56 (duzentos e noventa e quatro mil e quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos)** é oriundo do **repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025 em conformidade com o Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025**.

17.1.1.1. A despesa será consignada na Dotação Orçamentária:

17.1.1.1.1. Unidade Orçamentária: **1429 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

17.1.1.1.2. Dotação. Orçamentária: **08.244.0828.2913 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E EMENDAS IMPOSITIVAS**

17.1.1.1.3. Elemento da Despesa: **4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES**

17.1.1.1.4. Fontes: **226.000**.

17.1.2. O valor de **R\$ 1.105.457,44 (um milhão cento e cinco mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos)** serão oriundos do **repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025 em conformidade com o Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025**.

17.1.2.1. A despesa será consignada na Dotação Orçamentária:

17.1.2.1.1. Unidade Orçamentária: **1429 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**

17.1.2.1.2. Dotação. Orçamentária: **08.244.0820.2912 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

17.1.2.1.3. Elemento da Despesa: **4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES**17.1.2.1.4. Fontes: **226.000.**17.1.3. O valor de **R\$ 113.961,00 (cento e treze mil e novecentos e sessenta e um reais)** serão aportados como contrapartida financeira do Município de Anápolis.

17.1.3.1. A despesa será consignada na Dotação Orçamentária:

17.1.3.1.1. Unidade Orçamentária: **1429 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS**17.1.3.1.2. Dotação. Orçamentária: **08.244.0820.2912 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**17.1.3.1.3. Elemento da Despesa: **4.4.90.51- OBRAS E INSTALAÇÕES**Fontes: **100.000.****18. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO**18.1. O Projeto Executivo encontra-se disponibilizado no seguinte endereço eletrônico:
https://drive.google.com/drive/folders/1wvAjtM2WK_yeUW3ZUmyjgnLLVjRc9LLy?usp=sharing

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: O Termo de Referência está sob a responsabilidade de uma equipe dedicada e especializada, composta por profissionais de diversas áreas, cuja expertise é fundamental para o sucesso e a qualidade do termo.

Anápolis, data da assinatura eletrônica.

Responsável pela Equipe de Planejamento:

Marcos Dayrel Delabona

Assessor Técnico

Responsável pela Elaboração do TR

Danielle Shizue Hatsugai Ribeiro

Diretora de Projetos

Thiago de Sá LimaSecretário Municipal de Obras, Habitação,
Planejamento Urbano e Meio Ambiente**[1] Quadro de Controle de Versões**

Versão	Data	Responsável	Descrição
Versão 1.0	06/05/2026	SEMOHPUMA/DIRP	Elaboração do Termo de Referência
Versão 2.0	28/05/2026	SEMOHPUMA/DIRP	Revisão do Termo de Referência em atendimento às recomendações constantes do Parecer Jurídico PGM nº 267/2026/PRADM

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Dayrel Delabona, Servidor Municipal**, em 28/05/2026, às 11:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE SHIZUE HATSUGAI RIBEIRO, Diretor(a)**, em 28/05/2026, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Sá Lima, Secretário(a)**, em 28/05/2026, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2454326** e o código CRC **08113C5A**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
Estudo Técnico Preliminar - ETP N° 93/2026 - SEMOHPUMA/DIP

Em 05 de maio de 2026.

Processo Administrativo: **01120.00001777/2026-62**

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Objeto da solicitação: **Contratação de empresa especializada na execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência e no projeto básico anexos.**
- 1.2. A presente contratação tem por objeto a execução de obra civil destinada à reforma das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no Município de Anápolis/GO, em conformidade com o Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025, que instituiu repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025.
- 1.3. Os recursos vinculados à presente demanda deverão ser empregados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesa – GND 4 (Investimento), com foco na estruturação física das unidades e na aquisição de equipamentos, em observância ao Termo de Referência e ao Projeto Básico anexos.
- 1.4. As intervenções estão previstas para as seguintes unidades: **CRAS Norte** Av. do Estado, nº 2, Q B, Vila Norte, Anápolis/GO; **CRAS Leste** Av. JK, Qd. 12, Jardim Alvorada, Anápolis/GO; **CRAS Leste II** Rua Antônio de Souza França, nº 29, Conj. Hab. Filostro Machado Carneiro, Anápolis/GO; **CRAS Sul** Rua Copa 23, Residencial Copacabana, Anápolis/GO; **CREAS I e II** Rua Gen. Joaquim Inácio, nº 206, Setor Central, Anápolis/GO
- 1.5. A necessidade da contratação decorre do estado de conservação das edificações, as quais apresentam estrutura antiga e diversas patologias construtivas, comprometendo a adequada continuidade e eficiência da prestação dos serviços socioassistenciais.
- 1.6. Entre os problemas constatados, destacam-se infiltrações em paredes e cobertura, com repercussões diretas sobre a integridade da edificação, tais como: deterioração de revestimentos; comprometimento de forros e demais elementos de acabamento; risco de danos às instalações elétricas; comprometimento das condições de salubridade, segurança e conforto ambiental.
- 1.7. Essas inadequações impactam diretamente a qualidade do atendimento prestado à população, uma vez que os serviços executados pelo CRAS e pelo CREAS exigem ambientes funcionais, acessíveis, seguros e acolhedores, especialmente por se tratar de equipamentos públicos voltados à proteção social básica e especial de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade.
- 1.8. Ademais, a permanência das patologias identificadas tende a agravar progressivamente o estado de conservação dos imóveis, com potencial aumento dos custos futuros de manutenção corretiva, além de elevar os riscos operacionais e estruturais, inclusive com possível comprometimento da integridade física de usuários, servidores e demais frequentadores das unidades.
- 1.9. Dessa forma, a reforma mostra-se necessária, adequada e proporcional para restabelecer as condições mínimas de funcionamento dos equipamentos públicos, assegurando

infraestrutura compatível com a finalidade institucional das unidades e com a continuidade da política pública de assistência social no município.

1.10. Classificação dos Produtos/Serviços

- ☒ Comum
- ☐ Específico

1.11. Quanto ao Objeto:

- ☐ Serviço não continuado
- ☐ Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Material de Consumo
- ☐ Material Permanente/Equipamento
- ☒ Obras

1.12. A execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, conforme Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025 que consiste em um repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025, enquadra-se como uma **"OBRA COMUM"**. Esta classificação é fundamentada na **Nota Técnica IBR 001/2021 — Revisão 2025 do IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas**, que define obra comum como aquela de baixa complexidade técnica e menor risco de execução, cujas características são objetivamente padronizáveis e utilizam métodos e materiais amplamente disponíveis no mercado local.

1.13. A análise detalhada pelos critérios da Nota Técnica corrobora essa categorização: a obra apresenta baixa complexidade técnica, perfil de risco baixo a médio, e possibilidade de padronização e utilização de recursos de mercado de domínio amplo. Dessa forma, a construção se alinha às atribuições da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEMOHPUMA) de maneira eficiente e adequada.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- 2.1. O Município de Anápolis ainda não elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para 2026. Por isso, a atual contratação será incluída no planejamento de 2027. Vale ressaltar, no entanto, que esta contratação está totalmente alinhada com o planejamento estratégico da administração municipal.
- 2.2. A obra em questão é a **Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás**.
- 2.3. Assim, embora inexistente, no momento, o Plano de Contratações Anual – PCA formal para o exercício de 2026, a presente contratação revela plena aderência aos instrumentos efetivos de planejamento da Administração Pública, especialmente ao **Plano Plurianual – PPA**, bem como às diretrizes estratégicas do Município, demonstrando compatibilidade com os objetivos de melhoria da infraestrutura urbana e de valorização dos espaços públicos.
- 2.4. Ademais, a iniciativa encontra respaldo na **Lei Complementar nº 590, de 16 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029**, notadamente nas ações específicas **2912 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA** e **2913 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E EMENDAS IMPOSITIVAS**, evidenciando a compatibilidade da demanda com o planejamento governamental vigente.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Natureza do serviço

3.1.1. Trata-se de execução de **"OBRA"** caracterizada como **"COMUM"** conforme Art. 6º, inciso XII e XIII, respectivamente para **Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, conforme Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025 que consiste em um repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025. Os recursos serão utilizados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesas – GND4 (Investimento), com foco na estruturação física e aquisição de equipamentos para unidades do CRAS e CREAS**, caracterizando contratação por escopo.

3.2. Critérios de sustentabilidade

3.2.1. São critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

3.2.1.1. O Art. 144 da Lei nº 14.133/2021, levando em conta que a contratação em questão contribuirá de forma positiva fomentando a implementação de sistemas mais eficientes que possam gerar economia energética, disposição correta de resíduos de obras, bem como economia de água. Pretende-se, também, o estímulo à implantação de sistemas autossustentáveis com projetos que contemplem a geração de parte ou a totalidade da energia elétrica consumida, o que implementa a necessidade que a contratada tenha experiência na implantação desse tipo de sistema;

3.2.1.2. A IN 02/2014, que dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas;

3.2.1.3. O Art. 170, inciso VI, e o Art. 225 da Constituição Federal;

3.2.1.4. Se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

3.2.1.5. Se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098/2000, da Lei nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT.

3.2.1.6. Se está adequado as Políticas Nacionais de Meio Ambiente (Lei nº 6938/1981), de Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009) e de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), assim como Resoluções CONAMA pertinentes.

3.3. Subcontratação

3.3.1. Nesta licitação será admitida a possibilidade de subcontratação, conforme Art. 122 da Lei 14.133/2021, admitida até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, excluindo as partes principais e de maior relevância.

3.3.2. Ao permitir a subcontratação parcial, desde que não seja parcela relevante conforme etapa de habilitação técnica, pretende-se trazer economicidade ao certame licitatório, tendo em vista que a empresa ou o Consórcio vencedor poderá subcontratar empresas locais para efetuar os serviços que demandam mais tempo in loco tais como: medições, levantamentos, ensaios e outros estudos técnicos especializados, se aprovados pela equipe de fiscalização.

3.4. Garantia da contratação

3.4.1. Será exigida a prestação de garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Este percentual possibilita a transferência de riscos decorrentes de inexecução contratual.

3.4.2. No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade, conforme determinado no Art 96, § 3º.

3.4.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até

10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

- 3.4.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

3.5. Vistoria

- 3.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.
- 3.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 3.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 3.5.3.1. A vistoria poderá ser agendada pelo WhatsApp (62) 3902-1280 ou pelo e-mail: semohpuma@anapolis.go.gov.br.
- 3.5.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 3.5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.6. Participação de consórcios

- 3.6.1. Esta licitação **não permitirá a formação de consórcios**, uma medida considerada excepcional e que, conforme o Art. 15, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, requer justificativa técnica. A decisão se baseia na discricionariedade da Administração Pública e na avaliação do objeto licitado, que não apresenta a escala ou a complexidade que justificariam a atuação conjunta de empresas. Como aponta Marçal Justen Filho, consórcios não são incentivados pelo direito brasileiro devido ao risco de práticas anticompetitivas e à redução da concorrência.
- 3.6.2. A restrição visa garantir a qualidade dos serviços, considerando que o objeto da licitação, referente a **execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás**, não exige qualificações distintas que justifiquem a formação de consórcios. Embora a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) permita consórcios como regra geral, é comum que a Administração Pública os autorize apenas quando o porte ou a complexidade do objeto requeira tal associação, o que não é o caso. Dessa forma, a vedação busca preservar a isonomia entre os participantes e assegurar um processo licitatório mais justo e competitivo.

3.7. Condições de participação

- 3.7.1. Não, existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 3.7.1.1. SICAF;
- 3.7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 3.7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 3.7.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

3.8. Formas e Critérios de Seleção

- 3.8.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente

regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no Projeto Executivo.

- 3.8.2. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades do Município de Anápolis no que tange às exigências.
- 3.8.3. O regime de execução da obra será o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, considerando que essa escolha é justificada pela natureza técnica da obra, pela necessidade de flexibilidade na execução e pela garantia de transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos, alinhando-se aos princípios de economicidade, legalidade e eficiência previstos na legislação.
- 3.8.4. Trata-se de serviço de construção civil para execução de “**OBRA COMUM**”, a ser contratado mediante processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na sua forma **ELETRÔNICA**. Esta modalidade é a adequada, tendo em vista que o valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.513.961,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e novecentos e sessenta e um reais)**. A Concorrência assegura a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com o **Artigo 6º, Inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021**, que define esta modalidade para a **contratação de obras e serviços de engenharia**.
- 3.8.5. Os bens/serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos da Lei 14.133/21, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas na lei que vedam sua aplicação.
- 3.8.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 3.8.7. A contratada deverá assumir a responsabilidade integral pela execução da obra, incluindo a garantia da qualidade dos serviços prestados. Proporcionando uma maior segurança quanto ao cumprimento dos prazos e padrões de qualidade estabelecidos.
- 3.8.8. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título qualificação técnica, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 3.8.9. **Habilitação jurídica**
 - 3.8.9.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 3.8.9.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - 3.8.9.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
 - 3.8.9.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - 3.8.9.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
 - 3.8.9.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as

alterações ou da consolidação respectiva.

3.8.10. Habilitações fiscal, social e trabalhista :

- 3.8.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 3.8.10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.8.10.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 3.8.10.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 3.8.10.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 3.8.10.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

3.8.11. Habilitação econômico-financeira:

- 3.8.11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.8.11.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
 - 3.8.11.2.1. O Balanço Patrimonial deverá apresentar Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
 - 3.8.11.2.1.1. $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante});$
 - 3.8.11.2.1.2. $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante});$ e
 - 3.8.11.2.1.3. $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante}).$
 - 3.8.11.2.2. O licitante deverá apresentar declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.
 - 3.8.11.2.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total esmado da contratação.
 - 3.8.11.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
 - 3.8.11.2.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

3.8.12. Habilitação técnica:

- 3.8.12.1. Registro ou inscrição do profissional técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes a

atividade relacionada com o objeto, para fins de contratação.

- 3.8.12.2. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outro órgão competente em conformidade com as normas legais;
- 3.8.12.3. Atestado de capacidade técnico-profissional, apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica de profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não seja a própria licitante, serviços relativos a:

Qualificação Técnico- Profissional
REVESTIMENTO DE PAREDE COM LAMBRI RIPADO - PERFIL DE ALUMÍNIO COR MADEIRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.
RASPAGEM E APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA DUAS DEMÃOS
ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO DO TIPO MR-250 / ASTM A36 COM FUNDO ANTICORROSIVO

- 3.8.12.4. Atestado de capacidade técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, registrado no conselho competente, conforme determina o Art 67. Inciso II, a saber:

ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	QTDE EXIGIDA 50%
REVESTIMENTO DE PAREDE COM LAMBRI RIPADO - PERFIL DE ALUMÍNIO COR MADEIRA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	m²	182,42	91,21
RASPAGEM E APLICAÇÃO RESINA ACRÍLICA DUAS DEMÃOS	m²	796,56	398,28
ESTRUTURA METÁLICA CONVENCIONAL EM AÇO DO TIPO MR-250 / ASTM A36 COM FUNDO ANTICORROSIVO	Kg	2.600,25	1.300,12

- 3.8.12.5. Apresentar comprovação de vínculo contratual com o(s) profissional (is) referido(s) no subitem anterior, se este(s) já pertencer (em) aos quadros da empresa, sendo que neste último caso, a empresa deverá comprovar o vínculo contratual com o(s) profissional(is) na data de assinatura do contrato.

- 3.8.12.5.1. A comprovação de que integra o quadro da licitante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Proprietário, sócio administrador ou dirigente da empresa proponente: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus

administradores, ou ainda, no caso de empresa individual, o registro comercial, ou sendo sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- b) Empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado ou qualquer documento comprobatório de vínculo empregatício previsto na legislação pertinente;
- c) Responsável técnico: prova de registro como responsável técnico da empresa licitante no CREA ou CAU;
- d) Profissional contratado: contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- e) Declaração de contratação futura do profissional detentor do(s) atestados(s) apresentado(s), acompanhada da anuência deste.

3.8.12.5.2. O profissional constante das Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, detentor do acervo técnico perante o conselho de fiscalização profissional competente, será obrigatoriamente o responsável técnico pelos serviços objeto da licitação, admitindo-se eventual substituição futura por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Administração.

3.8.12.5.3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e certidão de registro no CREA ou CAU devidamente atualizada

3.8.12.6. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. Os profissionais indicados pelo licitante que participarão da obra, serão admitidos a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

3.8.12.7. Atestado de visita técnica assinado por servidor do Prefeitura de Anápolis ou Declaração de Pleno Conhecimento das condições e peculiaridades da obra, assinada por seu responsável técnico ou Declaração, emitida pela licitante, de que vistoriou o local da obra e/ou que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.8.13. Outras Comprovações:

3.8.13.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. (Art. 63, Inciso I);

3.8.13.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. (Art. 63, Inciso IV);

3.8.13.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Art. 63, Inciso IV, § 1º);

3.8.13.4. Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. (Art. 63, Inciso IV, § 3º);

3.8.13.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (Art. 67, Inciso VI);

3.8.13.6. Declaração que cumpri o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Art. 68, Inciso VI);

3.9. Justificativa das Exigências de Qualificação Econômico-financeira:

3.9.1. No que se refere à qualificação econômico-financeira, sua exigência encontra

amparo no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, constituindo medida necessária para assegurar que a futura contratada detenha capacidade financeira suficiente para suportar os encargos decorrentes da execução contratual. Tal providência visa mitigar riscos à Administração Pública, especialmente quanto à eventual paralisação da obra por insuficiência financeira da empresa contratada, situação que pode comprometer a continuidade da execução e causar prejuízos ao interesse público.

3.9.2. A exigência de apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis e índices de liquidez e solvência objetiva aferir, de forma objetiva, a saúde financeira da licitante. Tais requisitos não possuem caráter restritivo, mas representam mecanismo legítimo de cautela administrativa e de gestão de riscos, destinado a verificar se a empresa possui condições de arcar com despesas inerentes à execução da obra, tais como mão de obra, fornecedores, insumos e demais encargos, até o regular pagamento das medições.

3.10. Justificativa das Exigências de Qualificação Técnica:

3.10.1. As justificativas relativas às exigências de qualificação técnica, no que se refere à qualificação técnico-operacional e à qualificação técnico-profissional, encontram-se devidamente consignadas no Parecer Técnico de Parcela de Maior Relevância, documento que integra os autos do procedimento e permanece disponível para consulta por todos os licitantes por meio de link a ser informado no Termo de Referência.

3.11. Legislação relacionada

3.11.1. A licitante vencedora contratada deverá realizar todos os serviços em conformidade com as leis, decretos, regulamentos, portarias, normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, em especial:

3.11.2. Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

3.11.3. Decreto nº 48.980, de 27 de abril de 2023 – “Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica e fundacional vinculados ao Poder Executivo do Município de Anápolis.

3.11.4. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 – Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal;

3.11.5. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

3.11.6. Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 – Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços;

3.11.7. Resolução Conama nº 307, de 05 de julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

3.11.8. Resolução Conama nº 358/2005 - Tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de Saúde.

3.11.9. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 5ª edição, publicado em agosto de 2022;

3.11.10. Normas da ABNT relacionadas aos serviços de engenharia e arquitetura objeto desta contratação, atualizadas; ou as normas internacionais consagradas na falta desta, em especial a ABNT NBR 9.050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

3.11.11. Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

3.11.12. Decreto nº 7.983/2013 – que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União;

3.11.13. Regulamentos e determinações de órgãos regulamentadores e/ou fiscalizadores dos serviços públicos locais;

- 3.11.14. Leis e normas técnicas locais relacionadas à prevenção e combate à incêndio;
 3.11.15. Orientações Técnica IBRAOP aplicáveis, tal como a OT – IBR 002/2009 – Obra e serviço de engenharia;

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Item	Descrição	Quant	Unid	V. Unit	V. Total
01	Execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, conforme Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025 que consiste em um repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025. Os recursos serão utilizados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesas – GND4 (Investimento), com foco na estruturação física e aquisição de equipamentos para unidades do CRAS e CREAS. O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência e no projeto executivo em anexo	01	Unid	1.513.961,00	1.513.961,00
Valor Total Estimado da Contratação					1.513.961,00

- 4.1. As quantidades estimadas para os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a execução da obra foram cuidadosamente calculadas com base nos projetos elaborados. Dessa maneira, os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm como parâmetro a execução do objeto contratual, conforme planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo, em anexo.
- 4.2. Levou-se em conta as diretrizes e especificações das necessidades serviço, bem como as melhores práticas da engenharia civil. Dessa forma, buscou-se garantir que todas as etapas da obra sejam planejadas de maneira eficiente e que os recursos necessários estejam devidamente dimensionados para atender às exigências da obra.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. O orçamento-base foi elaborado de acordo com uma criteriosa pesquisa de preços, utilizando fontes de dados reconhecidas e validadas no cenário da engenharia pública nacional e estadual. A escolha das referências **SINAPI - Composição / Insumos - Não Desonerada - (03/2026)**, **GOINFRA - Composição / Insumos - Onerada - (12/2025)**, **GOINFRA - Composição Rodoviárias - Onerada - (12/2025)** e **Composições Sinapi e Goinfra Adaptadas - Não Desonerada - (03/2026)** não foi aleatória, mas sim uma decisão estratégica para assegurar a máxima aderência aos custos de mercado e a conformidade com as exigências legais e técnicas.
- 5.2. O valor estimado da contratação fundamenta-se no cumprimento das disposições

estabelecidas pelo Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que torna obrigatório que o valor estimado das contratações públicas seja compatível com os preços praticados no mercado, utilizando bancos de dados públicos e observando as particularidades da execução do objeto. Esse processo garante que a Administração Pública atue com eficiência, economicidade e transparência na gestão dos recursos.

5.3. Nesse sentido, foram utilizados os seguintes referenciais de mercado, em conformidade com seu caráter oficial e confiabilidade:

5.3.1. **SINAPI - Composição / Insumos - Não Desonerada - (03/2026)** : Banco nacional de referência, amplamente aceito para a composição de custos unitários em obras públicas, garantindo valores atualizados e consistentes.

5.3.2. **GOINFRA - Composição / Insumos - Onerada - (12/2025)** : Tabela oficial do Estado de Goiás, sendo referência obrigatória para obras públicas no estado.

5.3.3. **GOINFRA - Composição Rodoviárias - Onerada - (12/2025)** : Especificamente utilizada para itens de infraestrutura rodoviária, adaptando-se às necessidades do projeto em análise.

5.3.4. **Composições Sinapi e Goinfra Adaptadas - Não Desonerada - (03/2026)** : Aplicadas para contemplar especificidades locais e itens não padronizados que demandam ajustes de composição de custos.

5.4. Os itens da tabela SINAPI foram priorizados, considerando sua abrangência e mediana nacional. Contudo, para itens eventualmente não encontrados ou incompatíveis com as peculiaridades do local de execução, recorreu-se à tabela GOINFRA, que possui natureza oficial, periodicidade de atualização e aplicação específica às obras públicas no estado de Goiás.

5.5. A metodologia adotada assegura a aderência aos parâmetros determinados no §1º do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, ao considerar dados atualizados das tabelas oficiais e a possibilidade de adaptações derivadas das condições locais e peculiaridades da execução da obra. Dessa forma, o levantamento de mercado atende integralmente à necessidade de garantir valores compatíveis com o mercado e adequados à realidade da execução, assegurando eficiência e responsabilidade na gestão pública.

5.6. Em síntese, o levantamento de mercado promovido para o orçamento da obra assegura a compatibilidade técnica com as necessidades regulamentares do projeto, a relevância econômica e o atendimento aos princípios de economicidade, isonomia e eficiência, em estrita conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor total da contratação é estimado em **R\$ 1.513.961,00 (um milhão e quinhentos e treze mil e novecentos e sessenta e um reais)**, conforme Planilha Orçamentária elaborada pelo setor técnico competente da **Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente**.

6.1.1. O valor de **R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)** oriundo da **Repasse Estadual conforme Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025 que consiste em um repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025. Os recursos serão utilizados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesas – GND4 (Investimento), com foco na estruturação física e aquisição de equipamentos para unidades do CRAS e CREAS**.

6.1.2. O valor de **R\$ 113.961,00 (cento e treze mil e novecentos e sessenta e um reais)** serão aportados como contrapartida financeira do Município de Anápolis.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Objeto

7.1.1. A solução a ser adotada consiste na contratação de empresa especializada na

execução de obras civis para realização de reforma, adequação e recuperação estrutural das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município de Anápolis/GO, com vistas à recomposição das condições de uso, segurança, funcionalidade e salubridade dos imóveis públicos destinados à prestação de serviços socioassistenciais.

7.1.2. A intervenção proposta compreende o conjunto de ações necessárias à superação das patologias construtivas identificadas nas edificações, incluindo, quando aplicável, serviços de recuperação de cobertura, tratamento de infiltrações, reparos em revestimentos, forros, instalações elétricas e demais elementos comprometidos pelo desgaste natural da estrutura e pelas avarias decorrentes da falta de manutenção adequada ao longo do tempo. A solução também contempla, conforme previsto no Termo de Referência e no Projeto Básico, a eventual adequação de ambientes e a aquisição de equipamentos vinculados ao investimento, observada a destinação específica dos recursos do GND 4.

7.1.3. A contratação se fundamenta na necessidade de assegurar que as unidades da rede socioassistencial disponham de infraestrutura compatível com a natureza e a relevância dos serviços prestados, os quais exigem espaços físicos devidamente preparados para acolhimento, atendimento e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, a solução proposta não se limita à correção pontual de danos aparentes, mas busca a recomposição funcional dos equipamentos públicos, com mitigação de riscos operacionais, preservação do patrimônio público e melhoria das condições de trabalho das equipes e de atendimento aos usuários.

7.1.4. Sob a perspectiva da contratação pública, a execução da solução por empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada, por demandar mão de obra técnica habilitada, conhecimento específico em obras civis e capacidade de gerenciamento dos serviços em conformidade com os padrões de qualidade, segurança e desempenho esperados pela Administração. A adoção dessa providência permite, ainda, conferir maior efetividade ao investimento público, reduzindo a probabilidade de agravamento das patologias existentes, prevenindo custos futuros mais elevados com manutenção corretiva e garantindo maior durabilidade às intervenções executadas.

7.1.5. Dessa forma, a solução como um todo consiste na execução integral das obras de reforma e adequação física das unidades do CRAS e CREAS, em conformidade com as especificações técnicas do projeto, com a legislação aplicável e com os princípios que regem a Administração Pública, de modo a restabelecer a plena capacidade operacional dos equipamentos e assegurar a continuidade da política pública de assistência social no município.

7.2. Classificação do objeto

7.2.1. Serviços não contínuos ou contratados por escopo, conforme do Art. 6, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. A contratação será realizada por meio de licitação tradicional, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, regida pela Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. A concorrência foi escolhida por ser a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.

7.2.4. Os procedimentos para operação da sessão pública a partir da abertura da licitação até a etapa de homologação observam as disposições da Lei nº 14.133/2021

7.3. Escopo da contratação

7.3.1. Execução de obra de construção observando o Projeto Executivo, Memoriais Descritivos, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro previsto.

7.3.2. Necessidade da contratação:

7.3.2.1. Considerando a necessidade de mão de obra especializada, o Município de Anápolis não possui servidores ou prestadores de serviços aptos à execução da

obra ou equipamentos necessários

7.3.3. Entretanto, a elaboração do projeto referencial foi efetuada pelo corpo técnico da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente - SEMOHPUMA, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica juntada aos demais documentos que dão suporte aos projetos para execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás.

7.3.4. Conclui-se, portanto, pela necessidade de contratação de empresa especializada.

7.3.5. Não se faz necessária a realização de audiência pública, uma vez que o objeto possui critérios bem definidos, em virtude da padronização e da adoção de práticas comuns de mercado.

7.4. Regime da contratação

7.4.1. CONTRATAÇÃO CONVENCIONAL

7.4.1.1. O regime de contratação convencional caracteriza-se pela contratação da obra com base em um projeto executivo previamente elaborado pela Administração, atribuindo ao contratado apenas a responsabilidade pela execução dos serviços e fornecimento de materiais, conforme especificado no projeto executivo e no cronograma licitatório.

7.4.1.2. Mediante prévia autorização da Administração, o projeto executivo poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, aumento da qualidade, redução do prazo de execução ou facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico, e mantido as exigências constantes na legislação sanitária vigente.

7.4.1.3. Este regime oferece maior controle à Administração sobre o escopo e a execução do empreendimento, reduzindo a transferência de riscos ao contratado. É recomendado para projetos em que a solução técnica já se encontra completamente desenvolvida e há baixo nível de incerteza em relação à execução.

7.5. Regime da execução

7.5.1. EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

7.5.1.1. O regime de empreitada por preço unitário é definido na Nova Lei de Licitações como regime de contratação da execução da obra ou do serviço em que o preço é fixado por unidade determinada. A remuneração da contratada é estabelecida em função dos serviços efetivamente executados, de modo que os contratantes não assumem grandes riscos em relação às diferenças de estimativas de quantitativos.

7.5.1.2. Tal regime é mais apropriado para os casos em que não se conhecem, de antemão, com alto nível de precisão, os quantitativos totais da obra ou serviço. A execução das unidades se dará de acordo com a necessidade observada, com a realização de medições periódicas para quantificar os serviços efetivamente executados.

7.5.1.3. Havendo diferença entre os quantitativos inicialmente previstos nas planilhas orçamentárias e os quantitativos efetivamente necessários, a remuneração devida à contratada deverá ser ajustada (reduzida ou majorada) a fim de refletir os quantitativos reais.

7.5.1.4. Esse regime foi adotado em face da imprecisão inerente à própria natureza do objeto, que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos, por fatores supervenientes ou não totalmente conhecidos na fase de planejamento.

7.6. Complexidade técnica

7.6.1. O objeto deste estudo utiliza metodologia de construção convencional. O projeto executivo foi elaborado pela SEMOHPUMA – Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, tem a natureza de obra de

engenharia e se enquadra em **OBRAS COMUNS DE ENGENHARIA** conforme alínea "a" do inciso XXI, do Art. 6 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.2. Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução da reforma, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando-se em conta que:

7.6.2.1. Os serviços a serem realizados possuem um nível menor de complexidade técnica em relação a outros;

7.6.2.2. Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;

7.6.2.3. Os métodos construtivos, os equipamentos e os materiais empregados são amplamente utilizados no setor;

7.6.2.4. Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;

7.6.2.5. Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

7.7. Critério de julgamento

7.7.1. O critério de julgamento será **MENOR PREÇO**, conforme Art. 6, inciso XXXVIII da Lei nº 14.133/2021.

7.7.2. Este critério é frequentemente adotado por ser mais vantajoso, pois aumenta a competitividade entre as empresas participantes e assegura que a proposta vencedora atenda aos requisitos do edital com o menor custo possível, resultando em economia para a Administração Pública.

7.8. Modo de disputa

7.8.1. O modo de disputa será o **FECHADO E ABERTO**, conforme definido pelo Art. 22, inciso III da Instrução Normativa SEGES/ME e do Art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.2. O modelo de disputa foi escolhido pelos seguintes motivos:

7.8.2.1. Evitar um possível empate com fase aberta ao final;

7.8.2.2. Controle das estratégias de maximização dos lucros dos licitantes por meio da etapa fechada;

7.8.2.3. Qualificar a disputa da etapa aberta, evitando o risco de reduções excessivas dos valores propostos de forma a ser tornarem possivelmente contratos inexecutáveis.

7.9. Etapas, prazos de entrega e remuneração

7.10. Os serviços serão executados, entregues e medidos em etapas consecutivas, conforme escopo da contratação e condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro do Projeto Executivo

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para esta contratação a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos sistemas envolvidos. Os riscos associados à divisão do projeto podem superar os benefícios da competição ampliada devido às exigências técnicas específicas e interdependências entre as tarefas.

8.2. Sendo assim, a Equipe de Planejamento da Contratação optou pela **não adoção do parcelamento da solução objeto desta licitação**.

8.3. A adoção de agrupamento dos itens justifica-se pela especificidade e similaridade do objeto de contratação, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado.

8.4. Considera-se que a Administração se beneficiará pela economia de escala acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento.

8.5. Importante observar que o agrupamento é necessário para que exista total integração entre os projetos elaborados assim como um ponto único de responsabilidade técnica pelas decisões de projeto relativas ao empreendimento

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1. A presente contratação visa à recomposição das condições físicas, funcionais e operacionais das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município de Anápolis/GO, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços socioassistenciais em ambiente compatível com os padrões mínimos de segurança, salubridade, acessibilidade e funcionalidade exigidos para o atendimento ao público.
- 9.2. Com a execução da reforma, pretende-se alcançar os seguintes resultados:
- 9.2.1. restabelecimento da integridade física das edificações, com a correção das patologias construtivas identificadas, especialmente infiltrações, deterioração de revestimentos, comprometimento de forros e demais avarias correlatas;
 - 9.2.2. adequação das condições de uso dos ambientes, com melhoria dos espaços destinados ao atendimento, acolhimento e desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas;
 - 9.2.3. mitigação de riscos estruturais, operacionais e de segurança, reduzindo a possibilidade de agravamento dos danos existentes e de comprometimento de instalações prediais, notadamente elétricas e hidráulicas;
 - 9.2.4. preservação do patrimônio público, com interrupção do processo de degradação progressiva das unidades e redução de despesas futuras com manutenções corretivas de maior vulto;
 - 9.2.5. melhoria das condições de trabalho dos servidores e colaboradores, com reflexos positivos na organização interna, na eficiência operacional e na qualidade da prestação dos serviços;
 - 9.2.6. qualificação da rede socioassistencial municipal, mediante disponibilização de instalações compatíveis com a natureza essencial e continuada das atividades desenvolvidas pelo CRAS e pelo CREAS;
 - 9.2.7. observância da finalidade pública do investimento, em consonância com a destinação dos recursos previstos no Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025, e com as especificações constantes do Termo de Referência e do Projeto Básico.
- 9.3. Nesse contexto, espera-se que a intervenção propicie condições adequadas para o funcionamento regular das unidades, com reflexos diretos na melhoria do atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, no fortalecimento da política pública de assistência social e na elevação do padrão de desempenho da Administração na execução de suas atribuições finalísticas.
- .

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Planejamento e Preparação do Projeto

- 10.1.1. Revisão do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Projeto Executivo: Assegurar que o estudo técnico preliminar, termo de referência e o projeto executivo em especial o memorial descritivo e planilha orçamentária estejam completos, aprovados e em conformidade com as normas vigentes.
- 10.1.2. Levantamento de Necessidades: Identificar todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução da obra, conforme especificado nos documentos anexos.

10.2. Procedimentos Administrativos

- 10.2.1. Licenciamento e Autorizações: Obter todas as licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos competentes, incluindo licenças ambientais.
- 10.2.2. Verificação de Recursos Financeiros: Assegurar a disponibilidade dos recursos

financeiros, confirmando o montante a ser repassado pelo Governo do Estado de Goiás conforme Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025 que consiste em um repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025. Os recursos serão utilizados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesas – GND4 (Investimento), com foco na estruturação física e aquisição de equipamentos para unidades do CRAS e CREAS e de contrapartida do Município de Anápolis.

10.3. Processo de Licitação

10.3.1. Elaboração de Edital de Licitação: Desenvolver um edital de licitação detalhado com base nas especificações técnicas e legais, garantindo que todas as etapas do processo estejam em conformidade com a legislação vigente.

10.3.2. Publicação e Divulgação: Publicar o edital no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, no **Diário Oficial do Estado de Goiás**, **Diário Oficial do Município de Anápolis** e em **Jornal de Grande Circulação**, conforme exigência legal.

10.4. Avaliação de Propostas e Seleção de Fornecedores

10.4.1. Análise de Propostas: Designar uma comissão de contratação para avaliar as propostas recebidas, e analisar os documentos de habilitação, garantindo que cumpram os requisitos estabelecidos no edital.

10.4.2. Negociação e Seleção: Contratar a empresa que melhor atende aos critérios de capacidade técnica, experiência e custo.

10.5. Contratação e Gestão do Contrato

10.5.1. Formalização do Contrato: Celebrar o contrato com a empresa selecionada, assegurando que todos os termos e condições estejam classificados.

10.5.2. Supervisão e Monitoramento: Designar uma equipe responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução das obras, garantindo que os prazos e padrões de qualidade sejam cumpridos.

10.6. Comunicação e Engajamento com a Comunidade

10.6.1. Informação Pública: Manter a comunidade informada sobre o andamento do projeto, prazos e benefícios esperados com a execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás.

10.6.2. Interação com os Interessados: Envolver grupos comunitários e lideranças locais para garantir o apoio e o sucesso da iniciativa.

10.7. Publicação e Transparência

10.7.1. Publicação da Homologação e do Contrato: Após a homologação e a celebração do contrato, publicar o inteiro teor da homologação e do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial da Prefeitura de Anápolis, conforme o art. 54, §3º da Lei nº 14.133/2021, garantindo a transparência do processo.

10.7.1.1. Publicar o Extrato da Homologação e do Contrato no Diário Oficial do Estado de Goiás e no Diário Oficial do Município de Anápolis.

10.7.2. Transparência no Andamento da Obra: Divulgar informações sobre andamento e etapas da obra em veículos oficiais, demonstrando compromisso com a eficiência e a aplicabilidade dos recursos públicos.

10.8. Avaliação e Ajustes Futuros

10.8.1. Monitoramento Contínuo: Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o progresso da obra e a eficácia das estratégias adotadas.

10.8.2. Revisão e Aprendizado: Ao final do projeto, realizar uma revisão completa, registrando lições aprendidas e identificando áreas para melhorias em futuros projetos de infraestrutura no esporte e lazer de Anápolis.

10.9. O planejamento adequado e a execução criteriosa das etapas previstas asseguram que a realização das obras de reforma das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no Município de Anápolis/GO, em conformidade com o Decreto nº 10.713, de 23 de junho

de 2025, que instituiu repasse extraordinário ao cofinanciamento estadual da assistência social no exercício de 2025, se concretize de forma eficiente e funcional. Os recursos serão aplicados exclusivamente no Grupo de Natureza de Despesa – GND 4 (Investimento), com foco na estruturação física das unidades e na aquisição de equipamentos, de modo a assegurar melhores condições de uso, segurança, salubridade e atendimento à população usuária dos serviços socioassistenciais, em observância aos prazos, às normas aplicáveis e ao interesse público.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 11.1. Este contrato é autônomo e não requer a realização de contratações correlatas ou interdependentes para a sua execução. O objeto principal será suficiente para atender todas as necessidades e finalidades estipuladas sem a dependência de outros contratos ou aquisições adicionais.
- 11.2. A Administração Pública garante que todas as obrigações e finalidades do presente contrato serão cumpridas, independentemente, de qualquer outro processo licitatório. Esta contratação foi planejada para assegurar sua plena efetividade sem a necessidade de suporte externo ou adicional.
- 11.3. Esta contratação possui todas as especificações e garantias necessárias para a execução completa do objeto contratado, conforme previsto no termo de referência e aprovado conforme a legislação vigente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 12.1. A execução das obras de reforma das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) poderá ocasionar impactos ambientais de natureza temporária, localizada e predominantemente reversível, inerentes à realização de serviços de engenharia em ambiente já edificado.
- 12.2. Entre os possíveis impactos, destacam-se:
 - 12.2.1. Geração de resíduos da construção civil, decorrentes de demolições pontuais, substituição de materiais, recomposição de revestimentos, reparos em cobertura e demais intervenções correlatas;
 - 12.2.2. Emissão de poeira e material particulado, especialmente durante atividades de corte, remoção de revestimentos e movimentação de materiais;
 - 12.2.3. Geração de ruídos e vibrações, compatíveis com a execução de serviços de reforma, podendo causar incômodo momentâneo aos usuários, servidores e vizinhança;
 - 12.2.4. Risco de contaminação do solo e de áreas adjacentes, caso o manejo e a destinação dos resíduos não sejam realizados de forma adequada;
 - 12.2.5. Consumo de água, energia e insumos diversos, ainda que em escala compatível com a natureza da intervenção;
 - 12.2.6. Alterações pontuais na rotina de funcionamento das unidades, em razão da necessidade de isolamento de áreas, circulação de materiais e presença de equipe de obra.
- 12.3. Ressalta-se, contudo, que tais impactos tendem a ser reduzidos, considerando tratar-se de obra de reforma em imóveis existentes, sem previsão de supressão vegetal significativa, movimentação de terra em grande escala ou intervenções de maior potencial degradador. Ademais, os efeitos ambientais identificados poderão ser adequadamente mitigados por meio de medidas de controle e boas práticas de execução, como:
 - 12.3.1. segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequados dos resíduos gerados;
 - 12.3.2. adoção de procedimentos para redução da dispersão de poeira;
 - 12.3.3. controle de ruídos nos horários compatíveis com o funcionamento das unidades;

- 12.3.4. armazenamento correto de materiais e insumos;
 - 12.3.5. limpeza contínua da área de intervenção e do entorno imediato;
 - 12.3.6. observância da legislação ambiental, sanitária e de segurança aplicável.
- 12.4. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são previsíveis, controláveis e mitigáveis, não se evidenciando óbice ambiental relevante à execução da reforma, desde que observadas as exigências técnicas e legais pertinentes.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Diante dos elementos levantados no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução das obras de reforma das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) mostra-se adequada, necessária e compatível com o interesse público, por se tratar de medida indispensável à recomposição das condições físicas, funcionais e operacionais dos imóveis atualmente comprometidos por patologias construtivas.
- 13.2. A solução proposta atende ao propósito de assegurar a continuidade da prestação dos serviços socioassistenciais em ambiente condizente com os padrões mínimos de segurança, salubridade, acessibilidade e funcionalidade, em conformidade com a finalidade institucional das unidades e com a destinação dos recursos públicos previstos no Decreto nº 10.713, de 23 de junho de 2025, observadas as disposições aplicáveis da Lei nº 14.133/2021.
- 13.3. Verifica-se, ainda, que a contratação ora pretendida se revela tecnicamente viável e economicamente justificável, na medida em que a alternativa de não intervenção tende a agravar as condições de conservação das edificações, ampliar riscos estruturais e operacionais e elevar custos futuros de manutenção corretiva. Assim, a adoção da reforma como solução contratual mostra-se mais eficiente e proporcional, por permitir a recuperação dos equipamentos públicos e o restabelecimento de condições adequadas para o desempenho das atividades finalísticas da assistência social.
- 13.4. Dessa forma, opina-se pela adequação da contratação, por estar alinhada às necessidades da Administração, à finalidade pública pretendida e aos princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e do planejamento, razão pela qual se recomenda o prosseguimento da demanda para a fase subsequente de contratação.

Anápolis - Goiás, data da assinatura eletrônica.

Responsável pela Equipe de Planejamento:

Marcos Dayrel Delabona
Assessor Técnico
Responsável pela Elaboração do ETP

Danielle Shizue Hatsugai Ribeiro
Diretora de Projetos

Thiago de Sá Lima
Secretário Municipal de Obras, Habitação,
Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Dayrel Delabona, Servidor Municipal**, em 05/05/2026, às 14:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE SHIZUE HATSUGAI RIBEIRO, Diretor(a)**, em 05/05/2026, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Sá Lima, Secretário(a)**, em 05/05/2026, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2393411** e o código CRC **CBC123C9**.

01120.00001777/2026-62

2393411v2

Av. Brasil numero 200 Sede da Prefeitura - Bairro CENTRO - CEP 75075-210 - Anápolis - GO , SEDE DA PREFEITURA - - www.anapolis.go.gov.br

ANÁLISE DE RISCOS

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo: **01120.00001777/2026-62**

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A presente análise de riscos tem por finalidade identificar, avaliar e tratar os eventos que podem comprometer a contratação de empresa especializada para a execução das obras de reforma das unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no Município de Anápolis - GO, conforme delineado no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência anexos. Trata-se de contratação de obra em edificação existente, com execução por empreitada por preço unitário, regime que exige atenção especial quanto ao levantamento das condições reais das unidades, à compatibilidade dos quantitativos, à medição dos serviços e à governança da execução contratual.
- 1.2. Nesse contexto, a análise considera não apenas os riscos inerentes à fase de planejamento, mas também aqueles que podem surgir durante a licitação, a mobilização da contratada, a execução da obra, o recebimento e a fase de encerramento contratual. O objetivo é conferir maior segurança à Administração, reduzir incertezas e orientar medidas preventivas e corretivas capazes de preservar a continuidade da política pública de assistência social, a adequada aplicação dos recursos públicos e a entrega de um objeto aderente às necessidades das unidades atendidas.

2. IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

- 2.1. A contratação em exame apresenta riscos típicos de obras de reforma em imóveis públicos já em uso, especialmente quando se trata de unidades voltadas ao atendimento de público em situação de vulnerabilidade. Entre os principais, destacam-se a possibilidade de inconsistências entre o projeto e as condições reais da edificação, a ocorrência de patologias não identificadas na fase de planejamento, atrasos na emissão da Ordem de Serviço ou na liberação da área, insuficiência de capacidade técnica ou operacional da contratada, falhas na coordenação dos serviços, dificuldade de compatibilização entre as etapas executivas e a continuidade do atendimento ao público.
- 2.2. Também merecem atenção os riscos associados à formação do preço, uma vez que o mercado da construção civil pode sofrer variações relevantes durante a vigência contratual, especialmente em itens de maior volatilidade. Soma-se a isso a possibilidade de irregularidades na execução, como emprego de materiais em desconformidade com o especificado, medições imprecisas, descumprimento de cronograma, falhas de segurança do trabalho, geração e destinação inadequada de resíduos e até litígios decorrentes de divergências na interpretação contratual. Em síntese, os riscos se concentram na esfera técnica, operacional, financeira, ambiental e de governança da contratação.

3. PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

- 3.1. A probabilidade de ocorrência desses riscos deve ser compreendida à luz da natureza da contratação. Em obras de reforma, sobretudo em edificações antigas, a probabilidade de surgirem ajustes de campo, interferências não previstas e adequações de quantitativos é média a alta, porque as condições reais do imóvel podem revelar divergências em relação ao diagnóstico inicial. Já os riscos ligados à falta de habilitação técnica da contratada, embora menos frequentes quando o procedimento de seleção é bem estruturado, possuem probabilidade média, pois dependem da qualidade da competitividade do certame e do rigor da fase de habilitação.
- 3.2. Os riscos de atraso na execução, de medições questionáveis e de descumprimento de padrões técnicos também ostentam probabilidade média, por se relacionarem à capacidade gerencial da empresa contratada e à eficiência da fiscalização. Por outro lado, riscos como sinistros graves, colapso estrutural, judicialização intensa ou inadimplemento total do contrato tendem a ter probabilidade baixa, desde que haja bom planejamento, cláusulas contratuais claras, fiscalização efetiva e adoção tempestiva de medidas de controle. Já os riscos ambientais, em regra, têm probabilidade baixa a média, por se tratarem de impactos normalmente pontuais, reversíveis e controláveis em obras de reforma.

4. IMPACTO DO RISCO

- 4.1. Quanto ao impacto, observa-se que determinados eventos podem produzir efeitos relevantes sobre a contratação e sobre a própria prestação do serviço público. A descoberta de patologias ocultas, por exemplo, pode provocar repercussão alta, na medida em que interfere diretamente na definição de quantitativos, na necessidade de aditivos, no custo final e no prazo de execução. Da mesma forma, a paralisação da obra por falhas da contratada, a execução em desconformidade com o projeto ou o comprometimento da segurança do canteiro de obras possuem impacto alto, tanto pela possibilidade de prejuízo ao erário quanto pelo risco à integridade física de usuários, servidores e trabalhadores.
- 4.2. Os riscos de médio impacto incluem atrasos moderados no cronograma, divergências pontuais na medição, pequena variação de preços de insumos e necessidade de ajustes executivos sem alteração substancial do escopo. Já os impactos ambientais e operacionais, embora relevantes, tendem a ser médios, desde que observadas as medidas de mitigação. Em contrapartida, riscos de baixa materialidade, como pequenos ajustes administrativos, tendem a gerar efeitos limitados e facilmente absorvíveis pela gestão contratual, sem comprometer o resultado final da contratação.

5. ANÁLISE DE RISCOS

- 5.1. A análise conjunta da probabilidade e do impacto evidencia que os riscos mais sensíveis da contratação estão concentrados em quatro frentes. A primeira é a incompatibilidade entre as condições efetivas da edificação e o que foi previamente estimado, risco típico de reformas em estruturas antigas e que pode demandar reequilíbrios pontuais, ajustes de quantitativos e maior presença da fiscalização técnica. A segunda frente diz respeito à capacidade de execução da contratada, especialmente no que se refere à mobilização de equipe, cumprimento de cronograma, padrão de qualidade e observância das normas de segurança.
- 5.2. A terceira frente está relacionada à gestão de custos e medições, tema particularmente relevante em regime de empreitada por preço unitário, no qual a remuneração depende da efetiva execução e aferição dos serviços. Se a medição não for precisa, pode haver tanto pagamento indevido quanto atrasos na liquidação da despesa. A quarta frente envolve a continuidade operacional das unidades assistenciais, já que a reforma precisa ser executada sem comprometer de forma excessiva o atendimento ao público, exigindo planejamento de fases, isolamento de áreas e coordenação com a Administração local.
- 5.3. Do ponto de vista da criticidade, os riscos de maior prioridade são aqueles que afetam

prazo, custo, qualidade e segurança. Em seguida, aparecem os riscos de conformidade documental, ambientais e de relacionamento contratual. A análise, portanto, recomenda um modelo de gestão baseado em prevenção, monitoramento contínuo, registros formais, inspeções periódicas e respostas rápidas diante de desvios. Em obras dessa natureza, não basta prever o risco; é preciso construir uma rotina de acompanhamento que reduza a margem de improviso e preserve a aderência do objeto ao interesse público.

6. PLANO DE TRATAMENTO

- 6.1. O tratamento dos riscos deve começar ainda na fase preparatória, com a manutenção da coerência entre ETP, TR, projeto básico, orçamento e cronograma físico-financeiro. É importante que a contratação seja instruída com peças técnicas suficientemente detalhadas, de modo a reduzir ambiguidades, evitar lacunas de escopo e minimizar a necessidade de alterações contratuais durante a execução. A previsão de vistoria, a exigência de qualificação técnica compatível com a complexidade do objeto e a delimitação clara das responsabilidades da contratada também integram esse esforço preventivo.
- 6.2. Na fase executiva, o tratamento dos riscos passa pela atuação firme da fiscalização, pela exigência de relatórios, medições tecnicamente justificadas, comprovação da origem e qualidade dos materiais, cumprimento das normas de segurança do trabalho e observância das obrigações ambientais. Sempre que houver indício de desvio de desempenho, a Administração deve agir com prontidão, registrando ocorrências, aplicando notificações, promovendo glosas quando cabíveis e, em última instância, acionando os mecanismos sancionatórios previstos no contrato e na legislação.
- 6.3. Para os riscos de maior impacto, como atrasos significativos, execução defeituosa, descumprimento de cronograma ou abandono da obra, o plano de tratamento deve prever medidas corretivas proporcionais, inclusive com reforço de fiscalização, reprogramação de atividades, exigência de recomposição de serviços e adoção de garantias contratuais. Já para os riscos financeiros e de variação de mercado, a resposta mais adequada é o monitoramento contínuo dos preços e a adoção das regras contratuais de reajuste e revisão, quando juridicamente cabíveis. No campo ambiental, o tratamento exige segregação e destinação adequada de resíduos, controle de poeira, ruído e limpeza permanente da área de intervenção.

7. RESPONSÁVEIS

- 7.1. A gestão dos riscos não pode ser atribuída a um único agente. Ela deve ser compartilhada entre os responsáveis pelo planejamento, pela contratação, pela fiscalização e pela gestão contratual. À equipe de planejamento cabe o papel de identificar riscos na fase preparatória, compatibilizar os documentos técnicos e propor cláusulas que reduzam a exposição da Administração a eventos previsíveis. Ao gestor do contrato compete acompanhar a execução de forma integrada, assegurar o fluxo administrativo adequado e deliberar sobre medidas de tratamento quando houver desvios relevantes.
- 7.2. A fiscalização técnica, por sua vez, exerce papel central no controle dos serviços, na validação das medições, na verificação da qualidade dos materiais e na conformidade dos serviços executados com o projeto e com o Termo de Referência. Já a contratada responde pelos riscos diretamente ligados à execução da obra, à disponibilidade de pessoal, à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e à observância das normas técnicas, trabalhistas, ambientais e de segurança. Em situações que envolvam impacto operacional sobre as unidades assistenciais, também é recomendável a participação da área demandante, a fim de alinhar a execução da obra às necessidades reais de funcionamento do serviço público.

8. MATRIZ DE RISCOS

Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Nível	Tratamento prioritário
Incompatibilidade entre projeto e condições reais da edificação	Média/Alta	Alto	Crítico	Vistoria prévia, validação em campo e ajustes formais de quantitativos
Atraso na emissão da Ordem de Serviço ou na liberação da área	Média	Médio/Alto	Relevante	Planejamento integrado, cronograma de mobilização e articulação com as unidades
Insuficiência de capacidade técnica ou operacional da contratada	Média	Alto	Crítico	Exigência rigorosa de habilitação, fiscalização reforçada e aplicação de sanções
Atraso no cronograma físico-financeiro	Média	Alto	Crítico	Monitoramento periódico, marcos de entrega e cobrança de reprogramação
Execução em desconformidade com o projeto ou especificações	Média	Alto	Crítico	Fiscalização técnica contínua, registro de ocorrências e glosa de serviços
Medições imprecisas ou pagamento indevido	Baixa/Média	Alto	Relevante	Conferência documental, medição in loco e validação pela fiscalização
Descumprimento de normas de segurança do trabalho	Média	Alto	Crítico	Exigência de EPI/EPC, inspeções de campo e interrupção de atividades inseguras
Gestão inadequada de resíduos e impactos ambientais locais	Baixa/Média	Médio	Moderado	Plano de descarte, segregação de resíduos e limpeza contínua da área

9. CONCLUSÃO

9.1. À vista do exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a reforma das unidades do CRAS e do CREAS em Anápolis/GO é viável, necessária e aderente ao interesse público, desde que acompanhada de gestão de riscos compatível com a natureza da obra. Os principais riscos identificados decorrem da própria condição das edificações, da necessidade de compatibilização entre projeto e realidade de campo, da

execução por preços unitários e da complexidade operacional de manter serviços socioassistenciais em unidades em reforma.

- 9.2. Não se identificam, contudo, riscos intransponíveis. Ao contrário, os eventos apontados são conhecidos, previsíveis e passíveis de tratamento por meio de planejamento adequado, critérios claros de seleção, fiscalização técnica efetiva, cláusulas contratuais bem estruturadas e atuação diligente da Administração e da contratada. Desse modo, a matriz de riscos evidencia que a contratação pode ser conduzida com segurança razoável, desde que observadas as medidas de prevenção e controle aqui descritas.
- 9.3. Em síntese, a análise demonstra que os riscos existentes não afastam a conveniência da contratação, mas reforçam a necessidade de disciplina técnica, acompanhamento permanente e responsabilidade compartilhada entre os agentes envolvidos. Com esses cuidados, a execução contratual tende a produzir o resultado esperado: a recomposição das condições físicas e funcionais das unidades, com ganho real para a prestação dos serviços socioassistenciais e para a proteção do interesse público.

Anápolis, data da assinatura eletrônica.

Responsável pela Equipe de Planejamento:

Marcos Dayrel Delabona
Assessor Técnico
Responsável pela Elaboração da ARC

Danielle Shizue Hatsugai Ribeiro
Diretora de Projetos

Thiago de Sá Lima
Secretário Municipal de Obras, Habitação,
Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Dayrel Delabona**, Servidor Municipal, em 05/05/2026, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Sá Lima**, Secretário(a), em 05/05/2026, às 17:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE SHIZUE HATSUGAI RIBEIRO**, Diretor(a), em 06/05/2026, às 17:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2393433** e o código CRC **FA20CDC5**.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
(Processo Administrativo nº 01120.00001777/2026-62)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS - GO, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº **01.067.479/0001-46**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANAPOLIS** inscrito no CNPJ **07.735.088/0001-39**, com sede na Avenida Brasil, nº 200, Centro, Anápolis – Goiás, CEP 75.075-010 neste ato representado pela Sra. **Jackeline Silva Macedo**, Secretária e Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Anápolis designada pelo Decreto nº 52.639, de 07 de abril de 2026 e pelo Sr. **Thiago de Sá Lima**, Secretário Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente e no uso das competências delegadas pelo **Decreto nº 52.366 de 13 de novembro de 2025** publicado no Diário Oficial do Município de Anápolis em 13 de novembro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **RAZÃO SOCIAL**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 01120.00001777/2026-62** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Concorrência Eletrônica nº XX/XXXX (XXXXXX)**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada na execução de obras civis para Reforma dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em Anápolis - Goiás, O processo contempla o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos indispensáveis, conforme especificado no termo de referência e no projeto básico anexos.**
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar;
 - 1.2.2. O Termo de Referência;
 - 1.2.3. O Projeto Executivo
 - 1.2.4. O Edital de **Concorrência Eletrônica nº XX/XXXX (XXXXXX)**;
 - 1.2.5. A Proposta do CONTRATADO;
 - 1.2.6. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução é o de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** com regime de **CONTRATAÇÃO CONVENCIONAL** que caracteriza-se pela contratação da obra com base em um projeto executivo previamente elaborado

pela Administração, atribuindo ao contratado apenas a responsabilidade pela execução dos serviços e fornecimento de materiais, conforme especificado no projeto executivo e no cronograma licitatório

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **09 (nove) meses** contados da publicação do Contratação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. O prazo de vigência da execução é de **06 (seis) meses** contados da Ordem de Serviço conforme o cronograma físico-financeiro.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. A Matriz de Riscos está inserida na **ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO** (SEI **XXXXXX**) constante no Processo Administrativo nº 01120.00001777/2026-62.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX)**
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Fornecer a CONTRATADA todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato;
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

- 8.4. Efetuar o empenho da despesa, garantindo o pagamento das obrigações assumidas dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 8.5. Indicar e garantir a participação de representante da empresa nas reuniões com a CONTRATADA;
- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do produto contratado, através do engenheiro da Prefeitura de Anápolis, bem como atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto contratado;
- 8.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
- 8.8. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de todas as advertências, penalidades, multas e sustentação de pagamentos, todas as vezes que forem comprovadas pela área responsável, quaisquer inobservâncias às condições da presente Contratação, bem como em caso de eventual suspensão ou rescisão contratual;
- 8.9. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas;
- 8.10. Comunicar à CONTRATADA a necessidade de substituição de qualquer profissional indesejado;
- 8.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.12. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.13. Cientificar o Controle Interno para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
 - 8.16.1. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.16.2. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- 8.16.2.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
- 8.16.2.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.16.2.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.16.2.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.16.2.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.16.2.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.17. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município de Anápolis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO
- 8.18. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.18.1. **A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.**
 - 8.18.2. **Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;**
 - 8.18.3. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
 - 8.18.4. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.18.5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
 - 8.18.6. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
 - 8.18.7. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
 - 8.18.8. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.18.9. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.18.9.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução, de todos os projetos;

8.18.9.2. Termo de Recebimento Provisório;

8.18.9.3. Termo de Recebimento Definitivo.

8.18.10. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas

8.19. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Inscrever o serviço de engenharia no CNO no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início das atividades de construção/obra, se aplicável ao objeto;

9.2. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

- 9.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.10. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo

sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

- 9.20. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.21. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.24. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.25. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.26. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
 - 9.26.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.28. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.33. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.39. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.41. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.42. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.43. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.44. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.45. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.46. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.47. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05

(cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

- 9.48. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.48.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.48.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
 - 9.48.3. florestas plantadas; e
 - 9.48.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.49. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.49.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
 - 9.49.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
 - 9.49.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
 - 9.49.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 9.50. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 9.50.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de

Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.50.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.50.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.50.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.50.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.50.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.50.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto

da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

- 9.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 9.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas.
- 9.56. Providenciar e apresentar, em momento oportuno, a juntada do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, nos termos dos arts. 45 e 46 da Lei nº 12.378/2010, e/ou da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, nos termos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 6.496/1977, e/ou do Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, nos termos dos arts. 16 e 19 da Lei nº 13.639/2018, conforme a natureza dos serviços executados, para fins de identificação do responsável técnico pela execução contratual, em observância à Súmula TCU nº 260.
- 9.57. A CONTRATADA responde integralmente pela qualidade das obras, dos materiais empregados e dos serviços executados, cabendo-lhe promover, às suas expensas e no prazo fixado pela Administração, as correções, readequações, reparos, substituições ou refazimentos que se fizerem necessários sempre que forem constatadas falhas, vícios, defeitos, impropriedades ou desconformidades que possam comprometer a adequada execução e a plena consecução do objeto contratado;
- 9.58. A CONTRATADA deverá assegurar livre acesso, a qualquer tempo, aos servidores ou representantes da contratante, da concedente, da mandatária da União, bem como aos órgãos de controle interno e externo, franqueando consulta a documentos, registros contábeis, dados, informações, canteiro de obras e demais elementos relacionados à execução do contrato, sempre que

solicitado para fins de acompanhamento, fiscalização, monitoramento, prestação de contas e auditoria;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 11.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 11.1.1.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.1.1.2. No caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.
- 11.1.1.3. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia no prazo estipulado acima, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 11.1.1.3.1. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.1.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 11.1.1.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 11.1.2. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, a ser indicada pela contratante.
- 11.1.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 11.1.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.1.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 11.1.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela

Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

- 11.1.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - 11.1.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
 - 11.1.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 11.1.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.1.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.1.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 11.1.10. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
 - 11.1.10.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
 - 11.1.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.1.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
 - 11.1.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
 - 11.1.11.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 11.1.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.1.13. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência.

- 11.1.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.2. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista no Termo de Referência.
- 11.3. A **CONTRATADA** deverá apresentar garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, na modalidade de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, como condição para assinatura do instrumento contratual, observadas as condições e prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e de seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de forma gradativa, as seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar;
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 12.3.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou
 - 12.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave.
- 12.4. Considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à Administração.
- 12.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
- 12.5.1. a aplicação da multa será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
 - 12.5.2. a aplicação da multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado,

além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

- 12.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.
- 12.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no edital, contrato ou outro instrumento obrigacional.
- 12.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.
- 12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
 - 12.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato que supere a gravidade prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.10.2. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 12.10.4. não manter a proposta, salvo por fato superveniente devidamente justificado;
 - 12.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 12.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 12.11. Considera-se inexecução total do contrato:
 - 12.11.1. a recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente assumida;
 - 12.11.2. a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- 12.12. Evidenciada a inexecução total, parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:
 - 12.12.1. o adjudicatário ou contratado será intimado para apresentar justificativa no prazo de 2 (dois) dias úteis;
 - 12.12.2. a justificativa será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, ou, no caso da contratada, pelo fiscal do contrato, que apresentará manifestação fundamentada;
 - 12.12.3. rejeitadas as justificativas, os autos serão submetidos à autoridade competente para decisão quanto à instauração do processo de apuração de responsabilidade;
 - 12.12.4. poderá ser concedido, previamente, prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

- 12.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta do Município de Anápolis pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- 12.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 7.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 7.14.3. comportar-se de modo inidôneo;
 - 7.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 7.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- 12.15. Constatada a existência de infração penal ou ato de improbidade administrativa, a autoridade competente dará ciência ao Ministério Público e, quando couber, aos órgãos de controle interno.
- 12.16. A sanção de declaração de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação impedirá o responsável de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção correspondente à infração mais grave, considerando-se as demais como circunstância agravante.
- 12.18. O disposto no item anterior não se aplica quando já houver julgamento ou quando, pelo estágio processual, se revelar inconveniente a apuração conjunta.
- 12.19. As disposições deste item não afastam a aplicação cumulativa da sanção de multa.
- 12.20. As multas observarão a gravidade dos fatos, conforme os seguintes critérios:
- 12.20.1. multa moratória de 1% (um por cento) ao dia útil de atraso, incidente sobre o valor do saldo não atendido;
 - 7.20.2. multa administrativa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
 - 7.20.3. multa de 10% (dez por cento) por inexecução total, incidente sobre o valor do contrato.
- 12.21. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções.
- 12.22. As multas não possuem caráter compensatório e não eximem a responsabilidade por perdas e danos.
- 12.23. A aplicação das sanções observará o devido processo legal, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 12.24. A competência para instauração, julgamento e aplicação das sanções é da autoridade competente do órgão ou entidade licitante ou contratante.

- 12.25. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal.
- 12.26. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.27. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.28. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.29. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.30. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.31. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.31.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 12.31.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 12.32. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.32.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.32.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 12.32.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.32.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 12.32.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.33. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.34. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.35. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.35.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.36. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.37. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.8.3. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
 - 13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
 - 1.1.1. Gestão/unidade: [...];
 - 1.1.2. Fonte de recursos: [...];
 - 1.1.3. Programa de trabalho: [...];
 - 1.1.4. Elemento de despesa: [...]; e

- 1.1.5. Plano interno: [...]; e
- 1.1.6. Nota de empenho: [...];
- 1.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Anápolis - Goiás para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Anápolis-GO, assinado e datado digitalmente.

CONTRATANTE:

Jackeline Silva Macedo

Secretaria Municipal de Assistência e Políticas Sociais

Thiago de Sá Lima

Secretário Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Nome

Fiscal Técnico do Contrato

Nome

Gestor Administrativo do Contrato

Nome

Fiscal Administrativo do Contrato

CONTRATADO:

RAZÃO SOCIAL

CNPJ/MF nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**



ANEXO III

TERMO DE CREDENCIAMENTO

(preferencialmente em papel timbrado da Licitante)

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO DA PREFEITURA DE ANÁPOLIS

Endereço: Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030.

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX).

Assunto: Credenciamento

Pelo presente instrumento, a empresa....., com sede na C.N.P.J. n.º, através de seu representante legal Sr. (a), cargo, CREDENCIA o (a) Sr. (a), para representá-la perante a PREFEITURA DE ANÁPOLIS, na sessão pública do **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX)**, outorgando-lhe plenos poderes para negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas e praticar todos os atos inerentes ao certame, em todas as fases licitatórias.

Localidade, ____ de _____ de 2026.

____ (assinatura)____
CARGO

ANEXO IV
CARTA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Data:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX).

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE ANÁPOLIS

Prezados Senhores,

_____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º _____, sediada _____(endereço completo)____, tendo examinado o Edital, venho apresentar a presente DOCUMENTAÇÃO para a prestação dos serviços nele referido.

- a) Está apresentando proposta para prestação dos serviços/objeto deste edital;
- b) A nacionalidade da Empresa Licitante é ____ (indicar a nacionalidade) ____;
- c) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e, também, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências;
- d) Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme estabelecido no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal e nos termos do artigo 27 e art. 68, inciso VI da Lei 14.133/2021.
- e) Esta proposta constituirá um compromisso de nossa parte;
- f) Concorda com a retenção pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS correspondente ao percentual pertinente a prestação de serviços, frente ao disposto no Código Tributário Municipal;
- g) Que conhece e se submete literalmente ao disposto no artigo 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021, obrigação de manter durante toda a prestação dos serviços do futuro contrato, todas as condições de habilitação e as exigências de qualificação, especialmente à regularidade fiscal e especificação dos serviços, inclusive o imposto devido, sob pena de ser declarada a inexecução do pacto e aplicadas as penalidades previstas na lei, sem prejuízo do ressarcimento de eventuais danos materiais à contratante, conforme o caso.
- h) Declara que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- i) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- j) DECLARA, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que não possui, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

Anápolis, aos dias de de 2026.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes para tal investidura.

**ANEXO V
CARTA PROPOSTA**

Data:

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2026 (90XXX).
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA DE ANÁPOLIS**

Prezados Senhores,

____(nome da empresa)____, CNPJ/MF n.º ____ , sediada ____ (endereço completo)____ , tendo examinado o Edital, vem apresentar a nossa Proposta Comercial para execução na íntegra dos serviços motivo do objeto da presente licitação cabendo esclarecer que:

Estamos cotando os serviços discriminados, **conforme planilhas* constantes em nossa proposta**, cujo Valor Global é de R\$ _____ (_____).

OBJETO	VALOR TOTAL

CONSIDERAR OS QUADROS DE DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES CONSTANTES – TERMO DE REFERÊNCIA/ PROJETO BÁSICO.

No preço proposto estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços discriminados neste edital e seus Anexos.

Declaramos que executaremos os serviços obedecendo fielmente o que estabelece no Anexo I, quantitativos, memorial descritivo e demais orientações constantes do edital;

Declaramos que o prazo de validade da nossa proposta é de **90 (noventa) dias** consecutivos, a contar de sua apresentação;

Declaramos que utilizaremos somente materiais e mão-de-obra de boa qualidade, e ainda que a variação de quantidades (respeitado as quantidades mínimas estabelecidas na planilha) será de nossa inteira responsabilidade e que haverá a garantia dos serviços prestados.

Declaramos que o prazo para execução dos serviços é conforme consta deste edital.

Declaramos que temos conhecimento de todas as condições existentes nos locais de execução dos serviços, razão pela qual não teremos direito exigir do Contratante quaisquer reajustes nos preços ofertados, por desconhecimento destas condições.

Declaramos ainda que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Anápolis, aos dias de de 2026.

Assinatura do Responsável Legal da Empresa, com poderes devidamente comprovados para tal investidura.



ANEXO VI
GARANTIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO
(FIANÇA BANCÁRIA)

À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
CARTA DE FIANÇA - R\$

Pela presente, o Banco com sede..... da cidade
....., do Estado, por seus representantes infra-assinados, se declara
fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos nos Artigos 827 e 835, do Código
Civil Brasileiro, da Firma sediada à da cidade
..... do Estado até o limite de R\$ (.....) para
efeito **DE GARANTIA PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO** objeto do Edital **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**
Nº. XXX/2026 (90XXX).

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado a atender dentro de 24 horas as
requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela CONTRATANTE, sem
qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial com
respeito a CONTRATANTE.

Obriga-se ainda este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a
CONTRATANTE compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação
assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar
o valor da caução garantida pela presente Carta de Fiança Bancária ou por nova carta de fiança, que seja
aceita pelo beneficiário.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º ou outro registro
usado deste Banco e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco
Central do Brasil ou das autoridades monetárias no país de origem.

Os signatários desta, estão regularmente autorizados a prestar fianças desta natureza por força de
disposto no Artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial, em do ano
....., tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembléia realizada em

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de
Recebimento Definitivo do objeto pela CONTRATANTE.

..... de de

Banco